



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LUANE SANTOS DA SILVA**

**ECONOMIA REDISTRIBUTIVA NA AMAZÔNIA: A COLÔNIA DE PESCADORES  
Z-20 NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM –PA**

**SANTARÉM – PA  
2025**

**LUANE SANTOS DA SILVA**

**ECONOMIA REDISTRIBUTIVA NA AMAZÔNIA: A COLÔNIA DE PESCADORES  
Z-20 NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) como requisito básico para conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

**SANTARÉM – PA  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA**

---

- S586e Silva, Luane Santos da  
Economia redistributiva na Amazônia: a colônia de pescadores Z-20 no Município de Santarém –PA. / Luane Santos da Silva. – Santarém, 2025.  
57 p.: il.  
Inclui bibliografias.
- Orientador: Luiz Gonzaga Feijão da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.
1. Economia Redistributiva. 2. Karl Polanyi. 3. Formas de Integração Econômica. 4. Colônia Z-20. 5. Santarém. I. Silva, Luiz Gonzaga Feijão da, *orient.* II. Título.

CDD: 2A3 ed. 339.2098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo quinto dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, de forma híbrida, na Sala 321 – BMT1-Unidade Tapajós/Ufopa e pelo Link: <https://meet.google.com/ynv-npnp-zvx>, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **LUANE SANTOS DA SILVA** (matrícula: 2019010776), intitulada: **ECONOMIA REDISTRIBUTIVA NA AMAZÔNIA: A COLÔNIA DE PESCADORES Z-20 NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM –PA**, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva que compôs a banca examinadora com a Profa. Dra. Girlian Silva de Sousa e a Profa. Dra. Wandicleia Lopes de Sousa. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 10,0. Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva – Orientador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUIZ GONZAGA FEIJÃO DA SILVA  
Data: 15/07/2025 17:45:34-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Girlian Silva de Sousa – Membro da banca

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** GIRLIAN SILVA DE SOUSA  
Data: 16/07/2025 11:17:20-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Wandicleia Lopes de Sousa – Membro da banca

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** WANDICLEIA LOPES DE SOUSA  
Data: 15/07/2025 17:32:46-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Luane Santos da Silva – Discente

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUANE SANTOS DA SILVA  
Data: 15/07/2025 17:39:20-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

“Para ser sábio é preciso primeiro respeitar a Deus, o Senhor” (Provérbios 9:10)

## AGRADECIMENTOS

A Deus a honra, a glória e o louvor sobre a terra e céus para sempre.

Quero externalizar meus agradecimentos em primeiro lugar a Trindade Divina, ao Deus da minha vida, ao Cristo Jesus Salvador e ao Espírito Santo Consolador. Esta Trindade Divina é a minha força, meu guia, meu sustento e minha fortaleza nos dias que pensei em desistir, então me sustentaram durante a caminhada acadêmica, me dando coragem e entendimento. Nas Escrituras Sagradas diz “Para ser sábio é preciso respeitar primeiro Deus, o Senhor” e hoje eu entendo que mesmo com as adversidades da vida, Ele está no controle, mostrando o seu cuidado em cada detalhe; através de consolo e cicatrizando feridas no seu tempo.

Em segundo lugar, aos meus pais Emerson Júnior e Ivete Santos que mesmo distantes sempre estiveram e estão comigo em meu coração e pensamento. Eles são a base da minha trajetória, sempre oraram por mim e me motivaram a lutar pelos meus sonhos e objetivos.

Ao meu irmão Lucas Santos que embarcou comigo nessa jornada acadêmica, por um bom período de tempo, fomos companheiros de moradia. Também cuidou de mim como um irmão mais velho cuida do mais novo.

Aos meus avós maternos (*in memoriam*), Margarida Soares e Emanuel Abreu que mesmo não estando entre nós, ainda continuam vivos em minha memória e com a certeza que um dia os verei novamente.

Aos meus avós paternos, Emanuel Alves e Nilda Pinto pela preocupação e carinho que sempre tiveram por mim e pelas orações que realizam diariamente.

Aos meus sobrinhos Luíz Miguel e Laís Emanuele por me fazerem sorrir nas ligações ou quando estamos perto. Vocês são a alegria da nossa família.

Às minhas tias Ana Lúcia, Marília Soares e Fátima Coêlho que sempre me motivaram a buscar conhecimentos e o apoio delas foi fundamental na minha mudança de cidade para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao Tarlisson Ribeiro que me ajudou, segurando os afazeres de casa na minha ausência quando eu tinha que escrever. Também cuidou de mim quando estive doente.

Agradeço ao meu G4, minhas amigas que a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) me presenteou, Adna Fernanda, Larissa Soane e Victoria Avelino. Essas meninas foram minhas parceiras acadêmicas, foram tantos os desafios que enfrentamos e todos superados, uma sempre ajudando as outras. Essas amizades foram construídas durante o curso, através de grupo de estudo e muito trabalhos acadêmicos. Mas também essas amizades foram para além do curso, vou levar para o resto de minha vida.

Às minhas amigas Danielle Cristina e Jádina Alves, que compreenderam minha ausência dos momentos de descontração e dos compromissos, pois tinha que estudar. Agradeço pelas visitas, por me ouvirem quando precisava e pelos conselhos.

Agradeço ao Sr. Francisco Avelino (pai da Victoria) pelas caronas dadas a mim e às meninas durante esses anos de faculdade. Não importava se era nos sábados à tarde ou nas inúmeras vezes que saímos tarde da noite da Ufopa, ele sempre ia nos levar ou nos buscar sem cobrar absolutamente nada.

Ao meu amigo e T.I, Patrick Delgado que me ajudou várias vezes com minha ferramenta de estudo quando a mesma dava problemas, então ele solucionava.

Ao Henrique Jorge pelo companheirismo, motivação e orações realizadas a mim.

Às empresas que tive a oportunidade de fazer estágios durante o curso, foi de suma relevância agregar a teoria em sala de aula com a prática no ambiente de trabalho.

À diretoria da Colônia Z-20 que me proporcionou fazer a minha pesquisa de campo, assim como fornecer dados cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador Luiz Feijão que aceitou o meu convite para me orientar durante esses meses de construção da monografia. As orientações e o compartilhamento de conhecimento dadas a mim, serviram de guia para a conclusão deste trabalho.

À professora Wandicleia Sousa pelas contribuições deste trabalho e pelo intermédio no campo de estudo.

Aos professores de Ciências Econômicas e professores de outros cursos, os quais me repassaram os ensinamentos em sala de aula, aulas de campo e de laboratório: Abner Vilhena, Andréa Leão, Ênio Ramalho, Jarsen Guimarães, Joelson Magno, Jhonata da Silva, Leila Monte, Luiz Feijão Gonzaga, Sandro Leão, Sérgio Silva, Socorro Pena e Zilda Joaquina.

Ainda, agradeço à turma da CE19 pela parceria no decorrer do curso.

Por último, agradeço à Ufopa por ter sido, durante esse período de aprendizado, um lugar como se fosse uma segunda casa, agradeço desde a equipe de limpeza até a reitoria pelo acolhimento e pela oportunidade de eu cursar em uma universidade pública e realizar mais uma graduação acadêmica.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema “Economia Redistributiva na Amazônia: a Colônia de Pescadores Z-20 no município de Santarém- PA”. O conceito de economia, na maioria das vezes está atrelado ao mercado por muitos autores, restringindo a sua abrangência e pluralidade. Dessa forma, busca-se entender e aprofundar sobre o conceito de redistribuição com base na teoria do autor Karl Polanyi para aplicar ao objeto de estudo, a Colônia de Pescadores Z-20. Por esse prisma, neste trabalho, caracterizar-se-á a Instituição de Base Comunitária e apresentar-se-á o funcionamento de uma economia que é invisível à análise econômica ortodoxa. De tal modo, o objetivo é descrever o funcionamento de uma economia redistributiva na Colônia Z-20 à luz da teoria polanyiana. Neste trabalho serão utilizadas informações de livros, artigos, monografias, sites, revistas, teses, etc. Já a pesquisa de campo é voltada para realidade do objeto de estudo, no qual permite a coleta de dados primários através de instrumentos, como entrevistas. A análise apresenta para uma forma de integração e um arranjo institucional sólidos. Tais parâmetros demonstram uma Associação de Base Comunitária que luta pelos direitos da categoria pesqueira por meio das políticas públicas, organiza e regulariza os documentos dos associados, representa perante os órgãos públicos e privados, busca firmar parcerias com entidades; além de redistribui alimentos, bens, serviços, informações e festa religiosa. A mesma atua como intermediadora de benefícios sociais e previdenciários entre o (a) associado (a) e o Governo, também de forma complementar oferece capacitação para seus pescadores (as) artesanais através de cursos, treinamentos e oficinas. A centralidade está voltada para a própria Colônia Z-20, como órgão centralizador que recolhe e administra; e o seu papel redistribuidor está na redistribuição de bens e serviços aos seus associados.

**Palavras-Chaves:** Economia Redistributiva. Karl Polanyi. Formas de Integração Econômica. Colônia Z-20. Santarém.

## ABSTRACT

This paper's theme is "Redistributive Economy in the Amazon: the Z-20 Fishing Colony in the municipality of Santarém, Pará." Many authors often associate the concept of economy with the market, limiting its scope and plurality. Therefore, we seek to understand and deepen the concept of redistribution based on Karl Polanyi's theory, applying it to the object of study: the Z-20 Fishing Colony. From this perspective, this paper will characterize the Community-Based Institution and present the workings of an economy that is invisible to orthodox economic analysis. Thus, the objective is to describe the functioning of a redistributive economy in the Z-20 Colony in light of Polanyian theory. This paper will use information from books, articles, monographs, websites, journals, theses, etc. Field research focuses on the reality of the object of study, enabling the collection of primary data through instruments such as interviews. The analysis demonstrates a solid form of integration and institutional arrangement. These parameters demonstrate a Community-Based Association that fights for the rights of the fishing community through public policies, organizes and regularizes its members' documents, represents them before public and private agencies, and seeks to establish partnerships with organizations. It also redistributes food, goods, services, information, and religious festivals. It acts as an intermediary for social and pension benefits between members and the government. It also offers training for its artisanal fishermen through courses, training, and workshops. The focus is on Colony Z-20 itself, as a centralizing body that collects and manages fisheries; its redistributive role lies in the redistribution of goods and services to its members.

**Keywords:** Redistributive Economy. Karl Polanyi. Forms of Economic Integration. Z-20 Fishermen's Colony. Santarém.

## LISTA DE SIGLAS

CAEPF	Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física
CP	Capitania dos Portos
CNPA	Confederação dos Pescadores e Aquicultores do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MOPEBAM	Associação Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas
MPE	Ministério Público Estadual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIS	Número de Identificação Social
NIT	Número de Identificação do Trabalhador
ONGs	Organizações Não Governamentais
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RESEX	Preserva Extrativista
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAPOPEMA	Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente
SED	Secretaria Estadual de Desenvolvimento
SEMAP	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMTUR	Secretaria de Turismo
SEPA	Secretaria Estadual de Pesca
SindPesca	Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais de Santarém Pará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNC	The Nature Conservancy
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2. ECONOMIA REDISTRIBUTIVA DE POLANYI: UMA FORMA ALTERNATIVA DE INTERPRETAR OS MOVIMENTOS ECONÔMICOS</b>	13
<b>2.1 Economia Para Além dos Mercados</b>	13
<b>2.2 As Quatro Formas de Integração Econômicas e os Arranjos Institucionais de Apoio</b>	15
<b>2.3 O Funcionamento de uma Economia Redistributiva</b>	18
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA CENTRAL E REDISTRIBUTIVA NA COLÔNIA Z-20</b>	21
<b>3.1 Breve Histórico Sobre a Pesca Artesanal</b>	21
<b>3.2 A Colônia de pescadores(as) Z-20, Santarém-PA</b>	25
<b>3.3 A Colônia de pescadores(as) Z-20: centralização e redistribuição</b>	34
3.3.1 Centralidade	35
3.3.2 Redistribuição	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	47
<b>REFERÊNCIAS</b>	50
<b>APÊNDICE A - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO DE PERGUNTAS ABERTAS DE TEOR QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA PESQUISA DE CAMPO COM A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES (Z-20) DE SANTARÉM-PA</b>	54
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b>	57

## 1. INTRODUÇÃO

O movimento da economia na Amazônia apresenta uma combinação na estrutura social entre forma de integração e arranjo institucional. Em outras palavras, esta dinâmica econômica engloba saberes tradicionais, práticas coletivas e instituição de base comunitária. Assim, essa dinâmica enfatiza uma economia para além do mercado autorregulado, a qual chama atenção para um sistema econômico diverso e em constante mudança, ou seja, pode ser visto em instituições com vínculos sociais, principalmente em populações tradicionais da região do Tapajós e Baixo Amazonas.

A partir desse cenário, o presente trabalho tem como tema “Economia Redistributiva na Amazônia: a Colônia de Pescadores Z-20 no município de Santarém- PA”. O conceito de economia, na maioria das vezes está atrelado ao mercado por muitos autores, restringindo a sua abrangência e pluralidade. Dessa forma, busca-se entender e aprofundar sobre o conceito de redistribuição com base na teoria do autor Karl Polanyi para aplicar no objeto de estudo, a Colônia de Pescadores Z-20. Por esse prisma, neste trabalho, caracterizar-se-á a Instituição de Base Comunitária e apresentar-se-á o funcionamento de uma economia que é invisível à análise econômica ortodoxa.

A motivação pessoal da escolha acerca do tema está vinculada em primeiro ponto ao laço familiar, no qual a autora desta monografia tem a mãe como sócia da Colônia de Pescadores Z-42 no município de Juruti - PA. Seus avós conseguiram suas aposentadorias como pescadores artesanais, com a Colônia Z-42 sendo intermediadora nesse processo. Portanto, vivenciou no âmbito do cotidiano da economia doméstica o papel da redistribuição. O segundo ponto se remete à análise da estrutura social da economia na Amazônia, onde tive o primeiro contato na disciplina História do Pensamento Econômico III, na qual foi abordada a teoria de Karl Polanyi, onde corroborou no tocante às formas de integração e estruturas de apoio. Nesse sentido, a articulação entre a base teórica e o estudo de caso possibilitou compreender dimensões da economia que muitas vezes permanecem invisíveis ou negligenciadas. Dessa forma, formula-se a questão problema que este trabalho busca responder: de que forma atuação da Colônia Z-20 se assemelha aos princípios da centralidade institucional e da redistribuição conforme o pensamento de Karl Polanyi?

De tal modo, o objetivo geral é descrever o funcionamento de uma economia redistributiva na Colônia Z-20 à luz da teoria polanyiana. Quanto aos objetivos específicos, são definidos os seguintes: i) revisar a literatura referente à teoria econômica de Karl Polanyi, enfatizando a análise da redistribuição e da centralidade institucional: ii) caracterizar a Colônia

Z-20 como uma Instituição de Base Comunitária: iii) analisar com base na teoria polanyiana o papel da Colônia Z-20 como órgão central e como a mesma redistribui bens e serviços para seus associados.

O estudo assumirá caráter bibliográfico e de campo, com abordagem de teor qualitativo e quantitativo. De acordo com Gil (2008, p.44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Em outras palavras, consiste no estudo de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e outras fontes acessíveis. Neste trabalho serão utilizadas informações de livros, artigos, monografias, sites, revistas, teses, etc. Já a pesquisa de campo é voltada para realidade do objeto de estudo, no qual permite a coleta de dados primários através de instrumentos, como entrevistas, questionários e observações. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 187): “[...] a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se busca uma resposta”.

Outrossim, a pesquisa de campo foi realizada entre o mês de agosto de 2024 e meados de junho de 2025, o qual contou com um questionário semi-estruturado (APÊNDICE A) com perguntas abertas para as entrevistas presenciais no primeiro momento e, no segundo momento, de modo virtual. Triviños (2008, p. 146) define pesquisa semi-estruturada como “[...] parte de um roteiro previamente elaborado, mas admite que novas questões possam surgir no decorrer do diálogo, de acordo com a interação entre pesquisador e entrevistado”.

As entrevistas realizadas foram cedidas pela diretoria da Colônia de Pescadores Z-20, nas quais os membros entrevistados da Associação assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo como finalidade garantir os direitos e deveres como participante, elaborado em duas vias, uma que fica com o entrevistado, outra com a pesquisadora. A participação da diretoria da Colônia de Pescadores Z-20 é voluntária, a qual permitiu que a identidade da mesma fosse citada no presente trabalho e que todos os dados pudessem ser utilizados exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica.

A presente monografia compõe-se de três capítulos, distribuídos de acordo com os objetivos propostos e a lógica metodológica da pesquisa. Sendo assim, além desta introdução - que é o primeiro capítulo -, o trabalho conta com o segundo capítulo que desenvolve o referencial teórico com foco nas contribuições conceituais que dão suporte à construção do estudo, em especial a teoria polanyiana, com ênfase na forma de integração econômica da redistribuição e a centralidade como instituição de apoio; no terceiro capítulo, abordar-se-á as características fundamentais da Colônia de Pescadores Z-20 e seus mecanismos econômicos

que centralizam os recursos, serviços e depois redistribuem para seus associados; e, por fim, as considerações finais.

Assim, este estudo pretende contribuir com o campo acadêmico e subsidiar pesquisas futuras, partindo do entendimento de que o conceito de economia está inserido em múltiplas formas de organização social, desde as comunidades tradicionais até as estruturas nas Instituições modernas como o Estado e as empresas capitalistas.

## **2. ECONOMIA REDISTRIBUTIVA DE POLANYI: UMA FORMA ALTERNATIVA DE INTERPRETAR OS MOVIMENTOS ECONÔMICOS**

Neste capítulo, será apresentada a base teórica de Karl Polanyi<sup>1</sup> sobre as principais formas de integração econômica e estruturas de apoio, de modo que este é composto por três seções, as quais enfatiza-se a economia além de mercados, as quatro formas de integração e os arranjos institucionais de apoio, e, por último, o funcionamento de uma economia redistributiva.

### **2.1 Economia Para Além dos Mercados**

O uso do termo economia ou econômico tem se limitado ao uso associado à sua forma de mercado, sendo esse significado reproduzido por anos pelo pensamento ocidental que difundiu a falácia economicista, a qual analisa apenas o interesse individual do ser humano e seu comportamento perfeitamente racional (POLANYI, 2012). Contudo, a economia vai além dos mercados, ela é heterogênea e plural, pois sua semântica na ciência social engloba toda a sociedade, ou seja, como a sociedade escolhe as estratégias para fazer o uso dos recursos disponíveis para assegurar a subsistência, suprimindo as necessidades básicas da população.

Dessa forma, observa-se o uso do sinônimo de mercado. O primeiro sentido de econômico já mencionado anteriormente está relacionado à administração dos fatores de produção escassos e o mercado se refere à instituição que organiza a compra e venda de alimentos/recursos para a subsistência humana. A partir desses conceitos, o sistema econômico pode ser interpretado como a forma de organização social ou as várias maneiras que o ser humano é integrado neste sistema (POLANYI, 2012).

Para Polanyi (2012), as instituições e as formas de integração econômica-utilizadas fazem parte do repertório da sociedade humana que vai além do mercado, ou seja, existem outras instituições que interligam os bens e as pessoas, a fim de minimizar as diferenças de espaço, tempo e ocupação, criando nesse sentido, um ciclo de interligações que promove a subsistência da sociedade. A partir disso, o autor classifica algumas formas de integração econômica na relação social, como: domesticidade, reciprocidade, redistribuição e a troca mercantil. Estas interligações são organizadas por meio de estruturas institucionais, a saber, que moldam e são moldadas pelo comportamento dos indivíduos da economia, pois há uma

---

<sup>1</sup> Polanyi, cientista social húngaro, fez contribuições múltiplas como historiador da economia, antropólogo econômico, sociólogo e economista político, se opôs ao pensamento econômico convencional, e fundou uma perspectiva institucionalista própria e inovadora.

interdependência indissociável entre cultura, política e economia da sociedade, conectada por essas estruturas institucionais. Tais estruturas institucionais são descritas por Polanyi (2012) em pares com formas de integração econômica específicas, como a simetria-reciprocidade, a centralidade-redistribuição, a autarquia-domesticidade e os mercados-troca mercantil. Sem um padrão institucional baseado na esfera coletiva, não há como validar as formas de integração, pois estas dependem das estruturas institucionais para sustentá-las em cada caso da dinâmica econômica. Nesse padrão, a soma das ações na coletividade forma cada estrutura básica de apoio, isto significa que não vem de um ato individual, mas reiterando, são resultados da combinação das atitudes coletivas, ainda que ocorra em pequeno nível (POLANYI, 2012).

Nesse sentido, o autor Polanyi (2012) exemplifica este modo de economia em diferentes contextos histórico-sociais, como nas sociedades primitivas, arcaicas, feudais e início do sistema capitalista. A base das ações econômicas era realizada por instituições que tinham por objetivo atingir o meio social, desta maneira, elas movimentavam e controlavam a estrutura social. A importância desses períodos históricos são as especificidades na forma temporal e espacial como as instituições organizam a sociedade e a economia, como afirmado por Cangiani (2011, p.14): “[...] vez de o sistema econômico enraizar-se nas relações sociais, estas passaram a se enraizar no sistema econômico”. A seguir, temos alguns exemplos que o autor destaca desses sistemas econômicos nas sociedades primitivas (sociedade das ilhas Trobriand, Nova Guiné; Grécia), arcaicas (Grécia, Babilônia, Roma e outros), feudais (Europa Ocidental, África e outros) (POLANYI, 2000; 2012).

Com o advento da revolução industrial, a economia sofreu uma ruptura na sua forma dominante de integrar a sociedade que historicamente era dominada pela combinação das instituições citadas acima, com o mercado subalterno a elas – como o caso do mercado de grãos durante a Grécia Antiga (POLANYI, 2000). A partir desse período, a economia passa a ser controlada pelo mercado como principal instituição, ou seja, a combinação de instituições passa a ter o mercado como dominante, deixando de ser relativamente heterogênea para homogeneidade irrestrita do mercado. Nesse sentido, Polanyi (2012, p. 209) menciona acerca do primeiro do período marcado pelo advento da Máquina, “o capitalismo liberal foi a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução Industrial, transformaram a economia humana em sistema autorregulador de mercado e moldamos nossos pensamentos e valores nessa inovação singular”. O autor apresenta de que maneira o capitalismo competitivo mudou a dinâmica da economia durante o século XIX e como isso pôde causar transformações no modo de pensar e de viver na sociedade daquela época, mas que são visíveis até hoje.

Assim, o sistema capitalista mudou a estrutura econômica da sociedade pós-revolução industrial com efeito no modo de viver do ser humano, onde o mesmo se torna totalmente dependente do mercado, despontando a barganha e o individualismo como comportamento padrão dos indivíduos reforçados pela estrutura institucional. No passado, observa-se a dinâmica econômica na sociedade a partir de várias instituições em prol do bem comum de todos, preocupadas com a reprodução coletiva da sociedade que coordenava. Por isso, Polanyi (2000) utiliza o termo “economia enraizada na sociedade” para as outras instituições econômicas.

Já em uma sociedade moderna, percebe-se uma estrutura dominante que reforça o individualismo e a concorrência, a qual corrobora no aumento da desigualdade social e econômica, pois cada indivíduo se preocupa somente com a sua sobrevivência, não se importando com o outro. O mercado autorregulado visa somente o lucro, fazendo a sociedade adequar a este sistema. Logo, percebe-se, portanto, a importância das definições das formas de integração econômica e das suas instituições de apoio para compreender como serão abordadas tais definições posteriormente em diferentes sociedades. Apesar dessa convergência na homogeneização do sistema de mercado, como na era pré-revolução industrial, o sistema nunca deixa de ser diverso, pois mesmo na modernidade as outras instituições colaboram com o sistema econômico, porém, agora de forma não-dominante, o que não significa que não tenham um papel relevante. É o caso do nosso objeto de estudo.

## **2.2 As Quatro Formas de Integração Econômicas e os Arranjos Institucionais de Apoio**

Na obra “A subsistência do homem e ensaios correlatos” de Karl Polanyi (2012), o autor destaca quatro formas de integração econômica na sociedade e evidencia os arranjos institucionais de apoio que são definidos conforme a especificidade em cada economia. A partir disso, a teoria institucionalista de Polanyi conceitua o sistema de mercado dentro de uma lógica que parte do mais diverso para o específico, ou seja, o mercado é abordado como um dos elementos dessa diversidade, que dependendo da combinação e dominância, pode ou não exigir uma análise específica. Portanto, não se exclui de início as outras formas de integração econômica quando se analisa o mercado – o contrário ocorre na economia formal. A sociedade é regida pela forma ou formas de integração das pessoas no sistema econômico e, sendo assim, o sistema econômico é diverso e sem um modelo ideal para cada sociedade, por isso que o mesmo se torna plural. Além disso, a sociedade também é social e coletiva, pois a ação individual e seu comportamento das pessoas são interdependentes com a estrutura institucional,

pois o comportamento dos indivíduos é influenciado pelos costumes do coletivo em que convivem e vice-versa.

Dessa maneira, o autor Polanyi (2000; 2012) classifica quatro formas de integração econômica descritas a seguir: reciprocidade, redistribuição, domesticidade e trocas mercantis. E, para o bom funcionamento dessas formas de integração econômica, é necessária a existência de instituições de apoio, que forneçam a estrutura institucional que as validam na sociedade. Ainda segundo o autor, estes arranjos institucionais de apoio são chamados de simetria, centralidade, autarquia e mercado que juntos irão organizar socialmente a economia (POLANYI, 2000; 2012). Para uma melhor compreensão, será aprofundada mais adiante cada forma de integração econômica com as instituições de apoio.

A reciprocidade, de acordo com Polanyi (2012, p. 84), é descrita como “[...] o movimento de bens e serviços (ou a maneira de dispor deles) entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico”. De forma simples, podemos compreender a reciprocidade como uma razão social, onde uma determinada sociedade divide as tarefas de forma simétrica para organização de sobrevivência da mesma, como exemplo os moradores de Ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental, que são grupos constituídos por famílias com obrigações contínuas que garantem a sua subsistência. Com isso, para que seja recíproca a mutualidade entre o grupo social, a instituição de apoio será a simetria, nesse caso representada pela instituição do parentesco, que sempre irá padronizar este movimento já existente anteriormente com teor horizontal.

Polanyi (2012) também menciona como exemplo de reciprocidade a atitude de presentear. Não necessariamente quem recebe o presente tem a obrigação de retribuir de volta, porém, o ato de quem recebe o presente é retribuir como gesto de gentileza e consideração por quem presenteou. Assim, acontece o movimento de dádiva e contradádiva. O autor menciona esse processo de toma-lá-dá-cá da seguinte forma: “[...] a adequação significa que a pessoa certa, na ocasião certa, deve retribuir o tipo certo de objeto. A pessoa certa, é claro, é a que está colocada em posição simétrica”. (POLANYI, 2012, p. 88). Podemos observar que, se não houvesse a simetria nesse processo de reciprocidade, dificilmente este ciclo funcionaria de maneira recíproca. Isso é economia, pois o presente compõe os meios de subsistência do grupo, não de forma esporádica, mas sistemática e contínua.

Outra forma de integração econômica é a redistribuição e a centralidade como estrutura de apoio. De acordo com Polanyi (2012, p. 83), a redistribuição pode ser definida como “[...] um movimento para um centro e, depois, para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados, quer se altere apenas a maneira de dispor deles”. A redistribuição pode

ser percebida em diferentes sociedades, desde as tribos primitivas de caçadores, as sociedades antigas como a Babilônia e até em sociedades modernas que tem o Estado como o principal responsável por arrecadar impostos para depois redistribuir para fins sociais (POLANYI, 2012).

Posterior a isso, temos outra forma de integração econômica chamada de domesticidade. Este princípio se refere às práticas domésticas em produzir para o consumo próprio, seja para um grupo de famílias (povoamento) ou casas senhoriais como na Idade Média (POLANYI, 2000, p. 73). Ainda de acordo com Polanyi (2000, p. 85), o objetivo desta forma de integração econômica era “[...] de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo [...]”. A sua instituição de apoio/autarquia é a característica de um grupo fechado, com independência do restante das outras nações e com autonomia para distribuir bens/alimentos e serviços para aquele grupo, como por exemplo: a família romana, a comunidade Zadruga Sul-eslava, o Império Carolíngio ou a família camponesa. Nesta última, a família é regida pela domesticidade, porém, também se utiliza de elementos redistributivos complementarmente. A família camponesa também se utiliza da redistribuição na economia doméstica, constituída por um número menor de integrantes, mas tendo como provedor a figura paterna para distribuir os alimentos para sua família, contudo, orientado pela domesticidade. Ainda nos dias atuais, os pais são como o centro do âmbito familiar que providenciam alimentos para seus familiares, como se fosse uma hierarquia vertical do lar. Nesse caso, temos um típico exemplo de como as formas de integração se combinam.

E, por último, a troca mercantil se torna a forma de integração econômica que ganhou espaço a partir da Revolução Industrial, e ainda é dominante atualmente. Também chamada de permuta por Polanyi (2012), este movimento é regido por leis próprias, ou seja, o sistema autorregulador de mercado. Diferente das outras formas de integração econômica, esta é homogênea, com características próprias e autorregulável, pois se dissocia de motivações sociais e enfatiza estritamente a motivação econômica, ao contrário do que ocorre com o parentesco, o Estado e a família, onde o movimento econômico é regido pelas motivações sociais dessas instituições.

Assim, este sistema (capitalista) impõe a sociedade a comprar e vender, pechinchar e buscar o lucro acima de tudo. A definição da troca mercantil, de acordo com Polanyi (2012, p. 91) “[...] é o comportamento de pessoas que trocam bens para obter o máximo proveito [...]”. O sistema de mercado se torna a instituição de apoio com a lei da oferta e demanda como princípio básico norteador para a sociedade regular e distribuir os meios de subsistência, de modo que o autor define este sistema como “[...] regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da

fome e a esperança do lucro” (POLANYI, 2012, p. 95). Desse modo, uma parte menos favorecida da população (proletária) é conduzida a consumir para a subsistência e a outra parte (burguesa), vai em busca da obtenção do lucro em uma sociedade capitalista. Outra característica das sociedades dominadas pela instituição do mercado é que a subsistência se torna um problema individual relativamente, se comparada às outras formas de integração econômica, que apresentam mecanismos mais concretos e direcionados a assegurar a reprodução social.

### **2.3 O Funcionamento de uma Economia Redistributiva**

Desde a Antiguidade, o princípio da redistribuição tem um papel importante na sociedade. A forma de integrar este padrão redistributivo em diferentes sociedades e em épocas distintas é uma característica singular de uma economia que tem um centro pré-estabelecido para, em um primeiro movimento, armazenar e, depois, em um segundo movimento, redistribuir os meios de subsistência em geral, a exemplo dos alimentos, para o restante do grupo. Esta forma de integração econômica pode ser observada durante a história da humanidade, desde grupos de caçadores que realizavam reuniões para realizar a divisão do trabalho e, depois, redistribuir o alimento com o restante das famílias. Esse processo ocorre também nas civilizações modernas com a figura do Estado como órgão que recolhe tributos e redistribui através de programas governamentais e serviços públicos.

Polanyi (2000) menciona que a economia pode ter uma grande escala através da redistribuição, a qual tem como estrutura de apoio a centralidade. Vejamos alguns exemplos trazidos pelo autor: primeiramente, no Novo Império do Egito<sup>2</sup>, a família patriarcal egípcia (centralidade), onde se tinham inúmeros armazéns para guardar grãos e cereais para a subsistência. Esse processo ocorria através das atividades do camponês egípcio, que levava seu produto para depositar nesses grandes armazéns, não importava a profissão original do mesmo - muitos eram criadores de gado, caçadores, padeiros, cervejeiros, oleiros, tecelões, etc. Todo alimento era conferido rigorosamente até chegar à corte do faraó para ser distribuído para estas famílias (POLANYI, 2000).

Outro exemplo de redistribuição é o processo econômico dos Estados Arcaicos<sup>3</sup> (centralidade). O principal canal de circulação de meios de subsistência na economia era através

---

<sup>2</sup> Segundo Matias (2017), o Novo Império do Egito abrangeu o período de 1550 a 1075 a.C.

<sup>3</sup> A exemplo da China antiga, do Império dos Incas, dos Reinos Indianos, da Babilônia, etc. (POLANYI, 2000).

dos pagamentos feitos pelos súditos ao Estado e do Estado aos súditos, principalmente sua burocracia governamental, militar e religiosa, além da distribuição de alimentos direto aos súditos em caso de emergência. De acordo com Silva (2023), a obrigação de realizar pagamento pelos cidadãos em benefício ao Estado (tributos, taxas, etc.) era proveniente de seu dever, convertido em dívida ou obrigação, seja oriundo da dimensão cultural, religiosa, social ou política. Por sua vez, o Estado era responsável por garantir a reprodução coletiva da sociedade e garantia isso através de pagamentos (burocracia) e doações. A necessidade de subsistência da população, nesse caso, era suprida preferencialmente através dessas formas de pagamento, ou seja, não havia moeda como meio de pagamento, o próprio objeto utilizado para pagar era a base da subsistência, costume comum naquela época histórica.

Ainda, Silva (2023, p. 66.) enfatiza “[...] os deveres dos súditos com o Estado e do Estado com seus funcionários e súditos [...]”, cujas obrigações foram realizadas por meio de pagamentos. Assim, não havia compra ou venda de mercadorias, os súditos realizavam seus pagamentos por meio de acordos, indenizações, multas, impostos, aluguéis e tributos. O Estado, por sua vez, retornava esses pagamentos através, exclusivamente, de produtos da base de alimentos ou produtos importantes para a subsistência da sociedade, já que não existia moeda cunhada, especialmente através dos pagamentos feitos à sua burocracia. Ou seja, os meios de subsistência circulavam na economia por meio de pagamentos e não por compra e venda, pois pagar é diferente de comprar e vender. O pagamento encontra respaldo na redistribuição; comprar e vender, no mercado (SILVA, 2023).

Posterior a isso, Silva (2023) dialoga sobre o princípio da redistribuição no Período Colonial nos séculos XVII e XVIII, na Região Amazônica. Ele destaca sobre a estrutura da organização social do Estado do Maranhão e Grão-Pará, na qual a centralidade e redistribuição são evidenciadas pelo papel do Estado. Podemos compreender o Estado redistributivo português e sua estrutura colonial durante o Regime das Missões Religiosas quando o autor cita da seguinte maneira e ressalta a base redistributiva: “[...] são as obrigações não-econômicas entre o Rei, a Corte, a população dos estratos altos da sociedade (prestígio) e os de estratos mais baixos (mecânicos), que fazem circular os recursos com base nos pagamentos.” (SILVA, 2023, p. 120).

Nesse contexto, a redistribuição se dava principalmente pelo aldeamento da mão de obra indígena nas missões pelo Estado (redistribuição do fator trabalho na colônia), que financiava os descimentos (a centralização do recurso), e depois redistribuía os indígenas aos missionários que, por sua vez e orientados pela legislação estatal, redistribuíam os indígenas para trabalharem por tempo determinado aos moradores, à administração colonial e aos próprios

missionários. A folha salarial era outro instrumento redistributivo, uma vez que a administração colonial realizava o pagamento dos “filhos da folha” (sua burocracia governamental, religiosa e militar), ou seja, o pagamento era realizado com os frutos colhidos da terra (especialmente drogas do sertão, recebidas através dos impostos), que era calculado em réis - a unidade monetária que emprestava seu significado como padrão de valor ou unidade de conta, porém, não estava presente fisicamente no pagamento (SILVA, 2023).

Fazendo um recorte das exemplificações, observa-se que a redistribuição, sendo uma forma de integração, abrange diferentes sociedades e está enlaçada de acordo com a cultura de cada povo e com suas obrigações não-econômicas. Esse processo redistributivo pôde ser observado: em grupos de caçadores; como parte da política da sociedade que tem a centralidade o Estado como órgão central, que arrecada e redistribui para os habitantes; e, no Estado monárquico Português, durante o regimento das Missões, que utilizava outros meios para realizar a redistribuição como notada na estrutura da organização social do Estado do Maranhão e Grão-Pará, onde eram utilizados elementos diferentes para realizar os pagamentos (indígenas aldeados e cativos, e filhos da folha).

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA CENTRAL E REDISTRIBUTIVA NA COLÔNIA Z-20**

No sentido de atingir o segundo e o terceiro objetivos deste trabalho, neste capítulo será apresentado e abordado o funcionamento de uma economia redistributiva na Colônia Z-20. Nesse sentido, o presente capítulo é estruturado em três seções: contexto histórico da pesca artesanal no Brasil e sua importância, a estrutura organizacional da Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais (Z-20) e sua abrangência territorial, especificando a região do Baixo Amazonas e do Tapajós, e por último, o funcionamento de uma economia redistributiva a partir da percepção da economia polanyiana.

Dessa forma, o resultado desse trabalho se dar a partir de dados qualitativos e com uma ênfase menor em termos quantitativos, o qual consiste em descrever o funcionamento da economia redistributiva da Colônia Z-20, onde a mesma é uma Organização Sindical dos Pescadores e Pescadoras Artesanais em Santarém- PA (Sindpesca). A pesquisa de campo foi realizada no primeiro momento na sede da organização com a participação dos diretores, através de uma entrevista com perguntas semiestruturadas e abertas. Já no segundo momento, a pesquisa ocorreu através de uma entrevista online com questionamentos pontuais não respondidos na primeira entrevista. No geral, foram realizadas trinta e uma perguntas abertas com dois diretores: o Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças José (Ednaldo Rocha) e o Diretor de Organização Social Meio Ambiente (Manoel Pinheiro). Os entrevistados receberam um TCLE, que tem a finalidade de garantir os direitos e deveres como participante, elaborado em duas vias, uma que ficou com os entrevistados, outra com a pesquisadora. Por fim, podemos compreender a seguir, o universo da economia redistributiva polanyiana, através da Colônia Z-20.

#### **3.1 Breve Histórico Sobre a Pesca Artesanal**

A atividade da pesca artesanal exerce uma função de suma importância na esfera social, econômica e cultural no Brasil, principalmente na região amazônica. Essa prática tradicional e extrativista é passada de geração em geração entre as famílias como fonte de renda e meios de subsistência para a reprodução social.

Diante disso, o conceito sobre pesca artesanal nos traz diferentes definições por vários autores, como refletem Campos e Chaves (2016, apud MARINHO; 2020, p. 22): “uma atividade produtiva, em modalidade comercial, que se caracteriza pelo trabalho pouco

mecanizado, com instrumentos e redes de pesca de diferentes malhas e tipos de uso – como malhadeira e tarrafa, ou anzol”. Marinho (2020, p. 22) complementa ainda sobre o meio de transporte utilizado pelos(as) pescadores(as), “de forma autônoma e em regime de economia familiar, que emprega como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações - como canoas e barcos de pequeno porte”.

Outrossim, Rosa *et al.* (2011 apud SOUSA, 2017) lança luz aos outros tipos de pesca, tais como: pesca industrial, pesca ornamental, pesca esportiva, e pesca de subsistência. Para dialogar sobre a diferenciação desses exercícios pesqueiros, Sousa (2023) aborda cada categoria da seguinte maneira: a pesca esportiva está voltada ao esporte, ou seja, ao lazer e sem fins lucrativos; a pesca industrial se caracteriza pelas embarcações de médio e grande porte, com equipamentos avançados e com finalidade de captura de grande quantidade de pescado para revender comercialmente, como exemplo de geleiras; e, por último, a pesca artesanal tem sua peculiaridade por ser voltada para economia familiar, na maioria das vezes, os meios de transporte são pequenos e com poucas tecnologias, como rabeta, canoa, bajara etc., e seu objetivo está voltado para a captura de poucos peixes para própria subsistência e para comercialização em pequena escala.

Ainda, o artigo 8º da Lei nº 11.959/2009, descreve sobre as diferentes categorias de pescas, como está contido em seu capítulo IV, na Seção I:

Art. 8º. Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I - comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II - não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b).amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

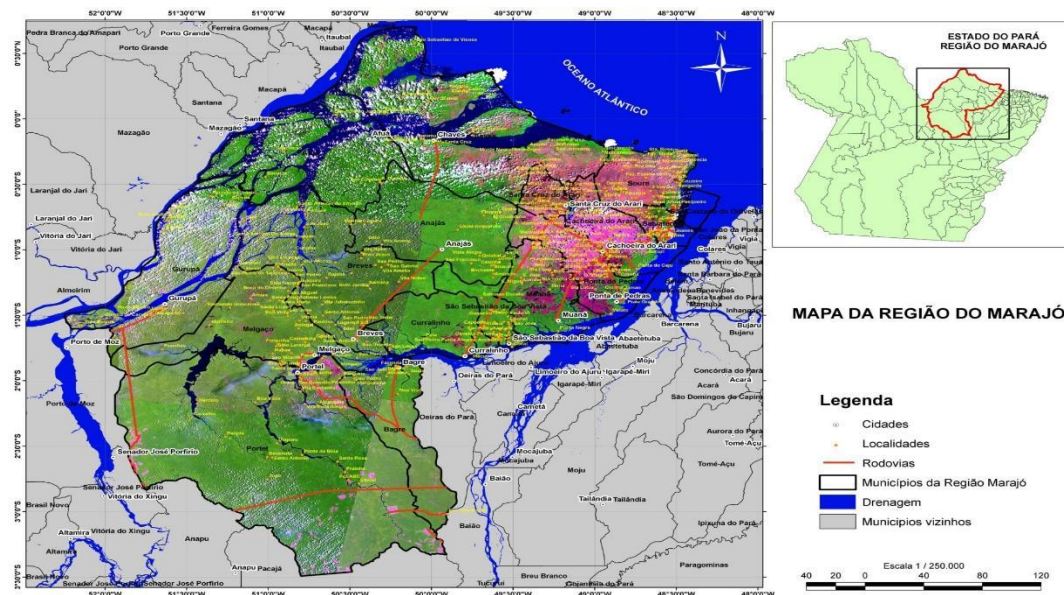
c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (BRASIL, 2009).

De acordo com Reis (1984), durante o século XIX já se tinha registros do exercício da pesca em diferentes rios, tais como: Rio Solimões, Rio Amazonas, Rio Branco, e no Marajó. Uma curiosidade nesta época, explica o autor, é que o maior local para a pesca se localizava no

Lago Grande, especificamente na Vila Franca, atualmente Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós/Arapiuns (REIS, 1984). Porém, os pescadores reais vêm de muito antes.

Pode-se observar a seguir na **Figura 1**, a área de atuação dos Pescadores Reais na região do Marajó onde se tinha uma imensidão de pescado:

**Figura 1** - Localização da região do Marajó



Fonte: Instituto Peabiru – Núcleo do Programa Viva Marajó (2017).

Veríssimo (1985) menciona sobre o surgimento de um pescador real situado na ilha de Joanes, durante o reinado da Colônia Portuguesa no final do século XVII, contudo, é incerto afirmar o período e local exato onde surgiu o primeiro pescador amazônico. Todavia, o autor cita que esse posto, no atual Marajó, localizado no estado do Pará, era um espaço farto em tainhas e guriubas. Nesta época, o sistema monárquico regulava a pesca, funcionando de maneira monopolista em função dos Pescadores Reais, uma vez que, para utilizar tal recurso natural, eram cobradas taxas. Nesse período, a pesca era regulamentada pelo sistema monárquico, que atuava de forma monopolista por meio dos chamados Pescadores Reais. Para utilizar esse recurso natural, os pescadores eram obrigados a pagar taxas. Havia, inclusive, a cobrança de impostos tanto pela retirada de peixes quanto pelo uso das estradas e rios necessários para a prática da atividade pesqueira.

Os pescadores reais, de acordo com Silva (2023), era um mecanismo redistributivo do sistema colonial português na Amazônia, constituindo uma fonte importante de meios de subsistência para a burocracia estatal e o povo em geral, funcionando como meio de pagamento. O mecanismo redistributivo é ainda explorado em paralelo por Sousa (2024).

De acordo com Sousa (2024), no contexto amazônico, há uma problemática relacionada à exploração dos recursos naturais, destacando que o pescado — recurso mais abundante da região — passou a ser tratado como moeda. Para que isso ocorresse, foi preciso estabelecer diversas conformidades. Observa-se, nesse sentido, a centralidade na figura dos estados do Grão-Pará e Maranhão, como um movimento de “zig-zag”, vai e volta para o centro, a qual redistribuiu recursos através de impostos, taxas, mas tendo o peixe como forma de pagamento.

Posterior a isso, no século XVIII, Sousa (2024) destaca ainda a região do Cabo Norte, atual Amapá, como fonte de importação de peixe para a unidade administrativa da Colônia. Em conformidade com a autora, nesse período, o controle da demanda das tainhas era por unidade, a quantidade era maior em cestos, por exemplo, do que em arrobas. Isso significa que as tainhas foram utilizadas como meio de pagamento para a tropa, uma vez que seus salários estavam atrasados. Assim, existe uma relação com a região da Ilha de Joanes e Cabo Norte, em ambas o pescado (tainhas) serviu como forma de remuneração para a tropa militar onde a Colônia Portuguesa redistribuía de diferentes formas, como retifica Veríssimo (1985, p. 163) sobre a importância do Pesqueiro: “[...] em vários serviços públicos determinados, obras civis e militares, comissões demarcadoras, alimento e pagamento da tropa militar e ainda como propinas e [...] de funcionários”.

Evidentemente, como revela as pesquisas arqueológicas, a pesca não ganhou importância com a chegada dos europeus à Amazônia. Na verdade, o pescado, a caça e a agricultura eram a base da economia dos grandes Cacicados amazônicos. Eram sociedades complexas e estratificadas, com um volume populacional relevante, que adotaram a pesca como um dos fundamentos de sua economia (SCHAAN, 2009). Portanto, a pesca e os povos amazônicos têm uma relação milenar e, antes, essa atividade foi mais uma imposição ao modelo português do que uma opção, dada sua longa duração na economia amazônica pré-colombiana (SILVA, 2023).

Feita a contextualização histórica da importância da pesca na Amazônia, mesmo que de forma breve, é revelado a importância milenar dessa atividade. Assim sendo, podemos nos voltar a uma dimensão organizacional dessa atividade em uma perspectiva mais moderna, ou seja, as Colônias de pescadores, a qual é objeto de estudo.

### 3.2 A Colônia de pescadores(as) Z-20, Santarém-PA

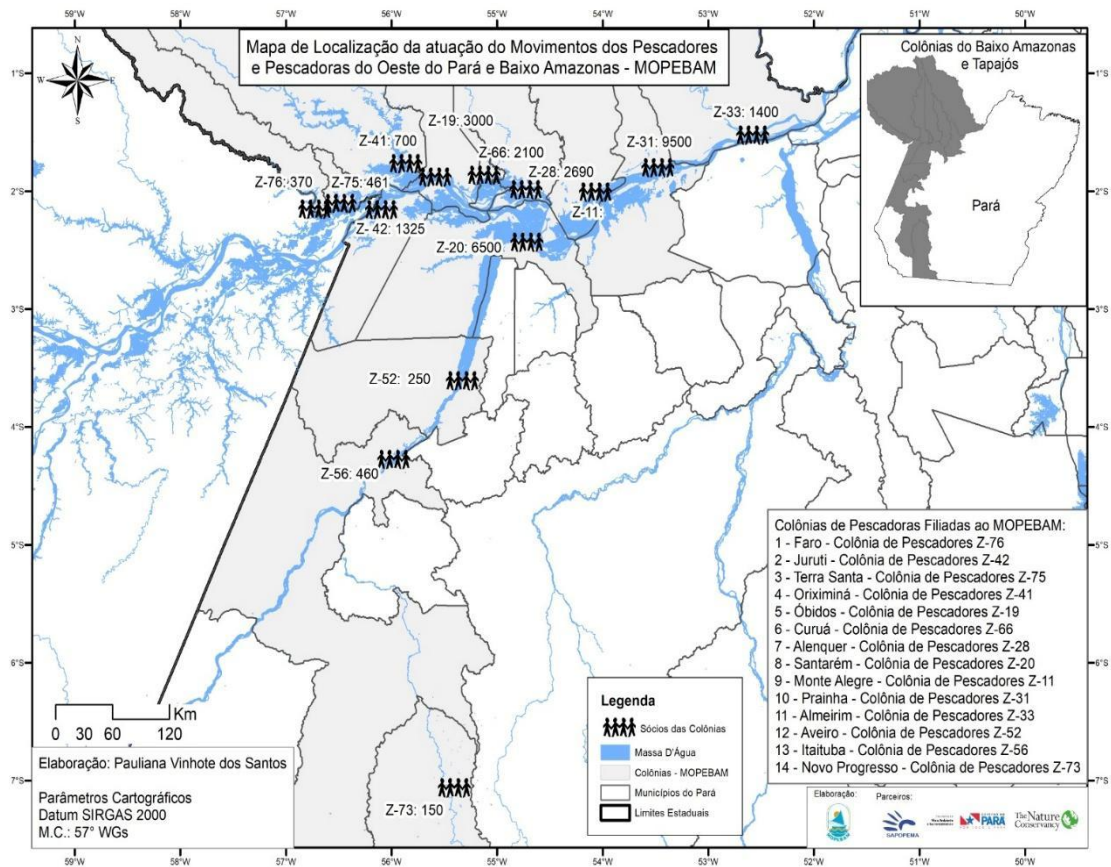
A origem das colônias de pescadores artesanais no Brasil se deu no ano de 1919, sob a direção da Marinha do Brasil com objetivo de regimentar a prática da pesca. Nesse ano, teve início uma missão do cruzador José Bonifácio, que tinha como comandante da tropa Frederico Villar. Foi dada a este, a função de agregar todos pescadores para estruturar as novas Colônias por todo o continente americano. De início, as Colônias de Pescadores foram criadas no litoral do Brasil e na região amazônica por agentes militares, mas com o Estado controlando esse novo projeto (KALIKOSKI *et al.*, 2009)

No ano de 1920, foi estabelecida a Confederação dos Pescadores e Aquicultores do Brasil (CNPA), onde o objetivo do Estado era criar um laço de fraternidade com os pescadores através de serviços sociais gratuitos, como a criação de escolas primárias, profissionais e o aproveitamento industrial dos produtos aquáticos, assistência médica, organização de grupos regionais de escoteiros do mar para os filhos dos pescadores e doação de redes e outros materiais de pesca. Na região do Baixo Amazonas, em 14 de março de 1920, foi fundada a Colônia Z-20, na viagem do comandante Frederico Vilar à Santarém- PA. A priori, ela foi chamada de Z-11, depois de Z-43 e, por fim, de Z-20 (LEROY, 1989).

No século XX, surgiram os primeiros grupos de pescadores, subdivididos em abrangência territorial, em nível municipal por meio das Colônias de pescadores, depois em nível estadual por intermédio das federações e, por último, em nível nacional a partir da confederação (KALIKOSKI *et al.*, 2009). Para nível regional do oeste do Pará, a organização das Colônias dos pescadores e pescadoras artesanais no Baixo Amazonas foi fundada em 1996, a saber, a Associação Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM), que agrega atualmente cerca de 14 Colônias de pescadores com aproximadamente 30 mil pescadores artesanais, entre homens e mulheres (ALIANÇA ÁGUAS AMAZÔNICAS, 2025).

O papel do MOPEBAM centra-se na “defesa dos direitos dos pescadores e pescadoras, fortalecendo a categoria, por meio das lutas regionais e nacionais, representando os interesses coletivos de todas as Colônias de Pescadores” (SERRÃO; BENTES, 2004, p. 9). Diante disso, observa-se no **Figura 2**, a seguir, às 14 Colônias de pescadores que estão associadas ao MOPEBAM:

**Figura 2:** Localização de atuação do MOPEBAM



Fonte: Pauliane Vinhote dos Santos (2025).

Não obstante, podemos analisar de forma resumida na **Tabela 1** a seguir, as Colônias de pescadores e pescadoras artesanais que estão associadas ao MOPEBAM.

**Tabela 1** – Colônias de pescadores(as) situadas no Oeste do Pará e Baixo Amazonas

Colônias	Nomeclatura	Município	Quantidade de associados (as)
Colônia de Pescadores	Z-28	Alenquer	2690
Colônia de Pescadores	Z-33	Almeirim	1400
Colônia de Pescadores	Z-52	Aveiro	250
Colônia de Pescadores	Z-66	Curuá	2100
Colônia de Pescadores	Z-76	Faro	370
Colônia de Pescadores	Z-56	Itaituba	460
Colônia de Pescadores	Z-42	Juruti	1325
Colônia de Pescadores	Z-11	Monte Alegre	
Colônia de Pescadores	Z-73	Novo Progresso	150
Colônia de Pescadores	Z-19	Óbidos	3000
Colônia de Pescadores	Z-41	Oriximiná	700
Colônia de Pescadores	Z-31	Prainha	9500
Colônia de Pescadores	Z-20	Santarém	6500
Colônia de Pescadores	Z-75	Terra Santa	461

Fonte: Elaborado pela própria autora, a partir do mapa da atuação do MOPEBAM (2025).

Dentre essas Colônias, está inserida a Z-20, campo de pesquisa deste trabalho. Será apresentado com mais detalhes sobre seu histórico, sua finalidade, seu público-alvo, sua abrangência territorial e suas parcerias. De acordo com o Estatuto Social da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 (2012), a sua forma jurídica está caracterizada a seguir:

[...] é uma Associação Civil e Sindical de Pescadores e Pescadoras Artesanais, sem fins econômicos (...) é constituído com prazo indeterminado de duração e número de sócios ilimitado, fundada em 14 de março de 1920, com sede nesta cidade, sito à Avenida Mendonça Furtado, 161 — Prainha, foro e jurisdição territorial no município de Santarém, Estado do Pará e regido pela legislação nacional que lhe for aplicável e pelas normas do presente estatuto, sendo expressamente vedada a sua participação em questões política-partidárias ou religiosas (COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, 2012, p. 1).

De forma visual, pode-se observar na **Figura 3** a seguir o município Santarém-PA<sup>4</sup>, onde está localizada a Colônia de pescadores (as) artesanais, Z-20.

**Figura 3** - Localidade da Colônia de Pescadores (as) artesanais Z-20/Santarém- PA



Fonte: SAPOPEMA (2022).

De acordo com Moraes (2016), as colônias de pescadores foram oficialmente reconhecidas no primeiro estatuto datado de 1º de janeiro de 1923, sendo instituídas como organizações destinadas à representação, organização e defesa dos interesses da categoria pesqueira. Nesse sentido, ele caracteriza as colônias como “agrupamento de pescadores ou agregados associativos”, sob a fiscalização e superintendência do Governo Federal, por intermédio da Marinha do Brasil (MORAES, 2016). Para exercerem atividade pesqueira, os pescadores tinham que estar matriculados nas Capitânicas dos Portos e Repartições delas dependentes. A primeira ideia do grupo era coordenar os pescadores para protegerem a região

<sup>4</sup> De acordo com o IBGE Cidades (2025), o município de Santarém, localizado no oeste do estado do Pará, pertence à Região Norte do Brasil e situa-se na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Com uma área de aproximadamente 22.887 km<sup>2</sup>, integra a mesorregião do Baixo Amazonas e possui relevância estratégica tanto do ponto de vista logístico quanto ambiental.

de mares, rios e lagos, além no segundo momento, a mesma classe de pescadores ir em busca de seus próprios interesses econômicos e sociais (KALIKOSKI *et al.*, 2009).

No que se refere à região do Baixo Amazonas, a partir dos anos de 1970, especificamente na cidade de Santarém, no estado do Pará, ocorreu um movimento de trabalhadores rurais chamado de “Corrente Sindical Lavradores Unidos” que, anos depois, assumiria a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), quando houve a promulgação da nova Constituição de 1988, onde a associação de pescadores trabalhou por direitos, espaço e autonomia. A composição desse sindicato é formada por diferentes classes de pessoas, tanto socialmente, culturalmente e economicamente, como caboclo amazônica, imigrantes gaúchos e nordestinos (LEROY, 1989).

Outrossim, Moraes (2016) ainda comenta que as Colônias de pescadores só ganharam autonomia, sem a interferência do Estado, a partir dos anos de 1988. Anterior a esse episódio, no ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores se reuniu com as Federações Estaduais para realizarem assembleias e eleições com a finalidade de eleger delegados, pois estes iam somar com o grupo chamado de “Movimento Constituinte da Pesca” para reivindicar os benefícios aos pescadores ao parlamento brasileiro.

Diante dessa realidade, o segundo passo dos pescadores era escolher a diretoria da instituição, então eles criaram uma chapa para concorrer à eleição, de modo que sabiam a importância da organização estar em conformidade com os estatutos criados anteriormente. De acordo com Gama (2016, p. 120), a estratégia adotada pelos pescadores para exercerem a democracia por meio de eleições na Colônia foi para organizar a categoria, pois “[...] a Colônia deveria servir principalmente como uma ferramenta que ajudasse a reforçar a organização pela base da categoria, garantindo a defesa permanente dos legítimos direitos e interesses [...]”.

A conquista da Z-20 era um objetivo que os pescadores almejavam, porém, através dessa conquista eles queriam algo maior, que no caso foi recuperar ou reconstruir a identidade do grupo, como é mencionado por Leroy (1989, p. 38): “[...] recuperar a identidade coletiva dos pescadores permitindo-lhes afirmar-se como pescadores economicamente significativos e viáveis e como cidadãos politicamente questionadores de ordem social imposta localmente pelas classes dominantes”.

No estado do Pará, localizado na região norte do Brasil, a Federação das Colônias de pescadores e pescadoras artesanais funciona como “[...] uma associação de grau superior, organizada com no mínimo 5 sindicatos, representados por grupos idênticos, similares ou correlatos [...]” (SERRÃO; BENTES, 2004, p. 12) e seu papel vai além de representar os interesses da categoria, pois buscam articular os sindicatos para uma determinada unidade de

federação, a partir de filiações para fortalecimento das atividades econômicas no Estado do Pará (SERRÃO; BENTES, 2004).

Já para o nível nacional, as Colônias são organizadas em categorias por Confederação, como caracterizada a seguir: “[...] funcionando como uma associação sindical de grau superior, organizadas com o mínimo de 3 federações, representadas por grupos idênticos, similares ou correlatos, e sede na Capital da República” (SERRÃO; BENTES, 2004, p. 12).

A seguir, serão explorados os aspectos organizacionais da Colônia de Pescadores Z-20, iniciando pela unidade mais ampla, a Assembleia Geral. A assembleia geral acontece anualmente e na data do dia 29 de junho, como menciona Marinho (2020, p. 30), “[...] por ocasião das festividades de São Pedro. Pela manhã, ocorre a assembleia geral na sede da colônia e à tarde, a procissão fluvial em homenagem a São Pedro, considerado padroeiro dos pescadores pelo catolicismo”.

Na esfera local das Colônias, existe o Núcleo de Base que é uma organização que está presente nas comunidades. O seu papel é servir de sustentação política e econômica da Associação de pescadores, atuando na organização dos pescadores nos locais onde estão situados, por exemplo, nas comunidades e bairros. Para coordenar, o Núcleo de Base “[...] possui um coordenador eleito democraticamente para representar os pescadores junto às demais instâncias e compõe a Assembleia Geral de Coordenadores, que tem a função de deliberar sobre os assuntos de interesses da categoria [...]” (SERRÃO; BENTES, 2004, p. 10). Vale ressaltar que nem toda Colônia atua nesse padrão de organização, sendo o Núcleo de Base opcional.

Para reforçar sobre funcionamento da coordenação dos núcleos de base, há reunião de coordenadores com a diretoria no 15º dia de cada mês para tomadas de decisões, na sede da Z-20 em Santarém. Em conformidade com os diretores da Z-20 (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças e Diretor de Organização Social e Meio Ambiente), a associação abrange cerca de 120 comunidades, as quais estão localizadas em regiões urbanas, ribeirinhas, planalto e Eixo Forte. Para dialogar com tais dados, Sousa (2023) comenta que dessas 120 comunidades, aproximadamente 101 situam-se na área de rios.

Nesse sentido, Sousa (2023) identifica a existência de 88 Núcleos de Base nas comunidades pesqueiras, dos quais 10 regiões são caracterizadas como áreas de atividade pesqueira. No entanto, apenas 8 dessas regiões contam com a atuação efetiva dos Conselhos Regionais de Pesca.

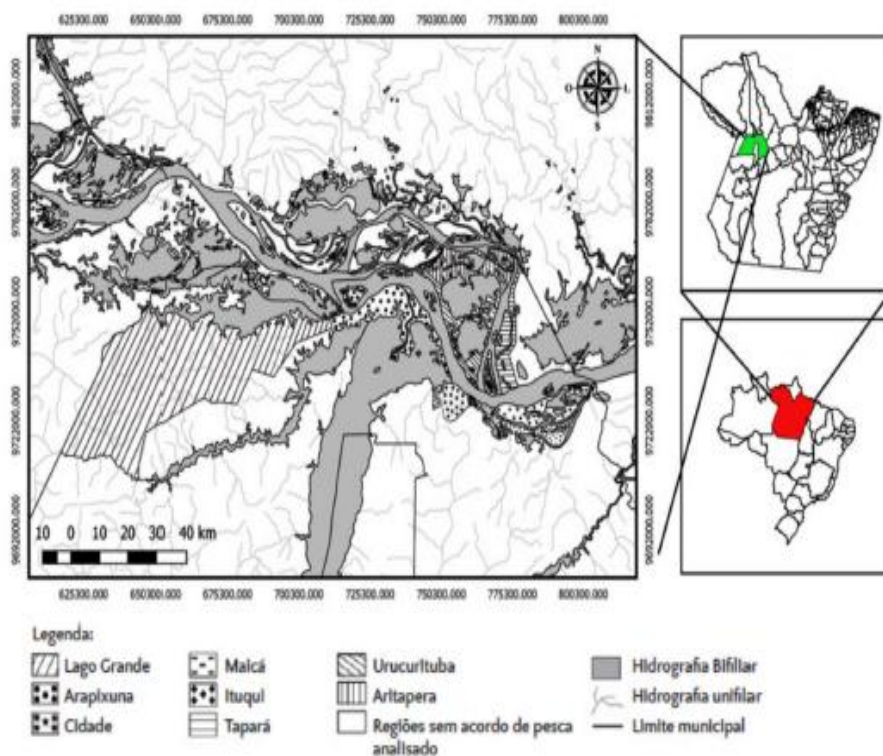
O Conselho Regional de Pesca é compreendido como uma forma de organização coletiva dos pescadores e pescadoras em uma determinada região, envolvendo diversas

comunidades. Trata-se de um modelo de co-gestão, estruturado a partir de conselhos intercomunitários, compostos por representantes das comunidades que compartilham o mesmo sistema de lagos. Esses conselhos, em articulação com a Colônia de Pescadores Z-20 de Santarém, têm a responsabilidade de definir, aprovar e implementar acordos locais. De acordo com Serrão e Bentes (2004, p. 12):

“É uma forma de organização dos pescadores e pescadoras que ocorre numa determinada região envolvendo várias comunidades. Consiste em um sistema de co-gestão, baseado em conselhos intercomunitários, compostos por representantes de todas as comunidades que compartilham o mesmo sistema de lagos. Eles assumem a responsabilidade (juntamente com a Colônia dos Pescadores de Santarém) de definir, aprovar e implementar acordos locais.”

Os Conselhos Regionais de Pesca estão localizados nas seguintes áreas: Lago Grande, Arapixuna, Zona Urbana de Santarém, Maicá, Tapará, Ituqui, Aritapera e Urucurituba. Embora a Z-20 esteja dividida em dez regiões pesqueiras, apenas oito delas possuem conselhos regionais em atividade, como é citado pelo Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças (2025) “[...] Lago Grande, Arapixuna, Zona Urbana em Santarém, Maicá, Tapará, Ituquí, Aritapera e Urucurituba”. A seguir, será apresentado o mapa na **Figura 4** com a delimitação territorial que ilustra a área de atuação desses conselhos regionais de pesca.

**Figura 4** – Oito regiões de pesca de Santarém sob controle da Z-20



Fonte: Silva e Ferreira (2018).

A próxima estrutura da Colônia é a Diretoria Executiva. A estrutura da Diretoria Executiva da Colônia Z-20 é horizontal, pois está dividida em quatro diretores, de tal forma que seus poderes são complementares. Não há cargo de presidente. Esta gestão é composta por: Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, Diretor de Relações Públicas e Cultura, Diretor de Assistência Social, Diretor de Organização Social e Meio Ambiente, além do Conselho Fiscal, Conselho Regional da Pesca e Núcleo de Base (SERRÃO; BENTES, 2004). Para a escolha dessa diretoria executiva é realizada uma eleição com todos os associados ou pelo menos 40% dos associados da região. Geralmente esta eleição é realizada no primeiro domingo do mês de dezembro, sendo que o mandato tem duração de três anos, mas pode ser renovado por mais seis anos (COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, 2012). Para organizar tal eleição, será composta uma Comissão Eleitoral, como é descrita no Art. 61 do Estatuto da Colônia (2012, p. 10):

Será composta uma Comissão Eleitoral, com membros indicados pelos Coordenadores dos Núcleos de Base, no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros. Essa Comissão confeccionará e publicará no mural da sede da Z-20/STM, as Instruções que disporão sobre os atos preparatórios, a recepção de votos, as garantias eleitorais, a totalização dos resultados e a justificativa eleitoral, sempre respeitando as normas deste estatuto e as normas legais existente no País.

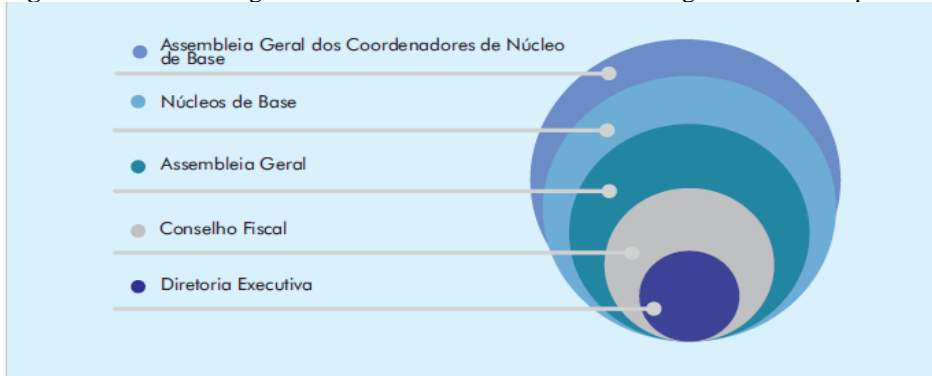
Em cada Colônia há um processo de organização próprio, ou seja, vertical ou horizontal. Como já mencionado anteriormente, na Z-20 a estrutura da diretoria é horizontal e, para formar este grupo organizacional em sua estrutura, agrega quatro diretores. Dessa forma, são por meio de reuniões que as decisões são tomadas pelos diretores, uma vez que a gerência agrega todas as partes interessadas nesse processo, pois cada diretor tem a liberdade de expor a sua opinião, mas sempre buscando o senso democrático para melhor escolha cabível. Durante a entrevista, um dos diretores comenta sobre o processo de decisão da diretoria Z-20:

“[...] temos um trabalho muito unificado entendeu, no caso as decisões sempre são unificadas. Porque se trata de uma diretoria né, a gente não pode por exemplo, eu não posso definir uma coisa assim só eu e sem comunicar eles, quando eu tenho uma definição pra fazer quaisquer procedimentos, a gente sempre conversa né fazendo nossas reuniões define aquilo que é melhor pra Z-20, para nossos pescadores entende, aquilo que é melhor a gente decide fazer, [...]” (DIRETOR DE PATRIMÔNIO, PESSOAL E FINANÇAS, 2025).

De modo geral, os principais organismos de funcionalidade da Colônia de pescadores e pescadoras artesanais (Z-20) são descritos no Art. 26 do capítulo I, contido no Estatuto Social (2012) da Z-20. Esses organismos institucionais são formados por órgãos sociais que criam tal estrutura, tais como: Assembleia Geral (Órgão Deliberativo), Conselho

Fiscal (Órgão Fiscalizador), Diretoria Executiva (Órgão Executivo) e Núcleos de Base (Órgão Executivo), de modo que cada órgão tem suas regras e objetivos específicos em prol da associação de pescadores. Pode-se observar essa estrutura organizacional na **Figura 5** a seguir:

**Figura 5** - Estrutura organizativa da Z-20/Santarém-PA com órgãos com a compõe



Fonte: Cartilha Gestão de Colônias (2004).

Até o ano de 2024, aproximadamente eram cerca de 6500 pescadores e pescadoras artesanais associados na Z-20, contudo foi informado que nem todos esses(as) associados(as) estavam de forma regular, ou seja, segundo os diretores entrevistados, muitos pescadores e pescadoras artesanais estavam sem a carteira do Registro Geral da Pesca (RGP). Para que o pescador seja sócio de forma legítima, o primeiro passo será “[...] se auto declarar pescador artesanal e participar de [...] três reuniões consecutivas em sua comunidade. Em seguida, então será reconhecido como pescador por sua comunidade, com o registro de tal reconhecimento em ata da reunião” (MARINHO, 2020, p. 30).

Marinho (2020) comenta ainda que, a partir do momento que o(a) pescador(a) artesanal se filia à Colônia de pesca, a pessoa deverá pagar taxa mensal por estar associado, além de liquidar de forma anual em forma de taxas o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Posterior a isso, o(a) pescador(a) ganhará uma carteira do Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP), como comenta Marinho (2020, p. 30): “[...] carteira de identificação da colônia, que o respaldará para apresentar-se como pescador artesanal e dará direito a usufruir de alguns convênios de serviços firmados pela Z-20”.

Depois desse processo, Marinho (2020) comenta que para o(a) pescador(a) artesanal fazer as contribuições ao INSS e garantir os direitos previdenciários, ele(a) irá fazer o cadastro na Receita Federal para obtenção do NIT (Número de Inscrição do Trabalhador) por meio do Número de Identificação Social (NIS), ou seja, é um código de utilização pessoal, cada trabalhador(a) de carteira assinada tem o seu no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dessa forma, o(a) pescador(a) artesanal poderá escolher mais de uma prática exercida, porém,

para a aposentadoria, vai ter que escolher apenas uma atividade. Ainda, muitos(as) pescadores(as) artesanais utilizam outros meios de subsistência, além da pesca, para complemento da renda, como a agricultura, no entanto, para decorrência de identificação, se escolhe a pesca artesanal.

E por último, o pescador tem o dever de fazer anualmente o “Relatório de pesca”, principalmente no mês que completa um ano ou 60 dias após essa data, pois será encaminhado para a Secretária Estadual da Pesca (SEPA), sediada em Belém-PA. Uma vez não realizado esse relatório de pesca de no máximo 60 dias, o pescador artesanal poderá ter seu registro cancelado e, para resolver tal situação, deverá se apresentar presencialmente na sede da SEPA (MARINHO, 2020).

### **3.3 A Colônia de pescadores(as) Z-20: centralização e redistribuição**

A apresentação desta seção busca remeter aos princípios da economia polanyiana, onde dialoga com os movimentos das diferentes formas de integração econômica (redistribuição) na Colônia de pescadores Z-20. Para tal lógica, podemos argumentar, a partir de base teórica, que a economia não se restringe ao mercado e a sustentação das condições materiais das pessoas envolve formas de integração econômica no presente, no ontem e no amanhã, ou seja, as diferentes formas de integração econômica sempre estarão presentes nas diversas sociedades, mesmo que o mercado domine uma grande parcela das relações sociais. Contudo, no objeto de estudo deste trabalho (Colônia Z-20), podemos observar e analisar a presença de um mecanismo que é a estrutura institucional, a centralidade (Z-20) e, depois, forma de integração econômica na figura da própria Colônia, na qual ela realiza a redistribuição aos seus associados(as).

Karl Polanyi (2012, p. 68) menciona sobre a centralidade e redistribuição: “O padrão institucional da centralidade, por sua vez, que está presente, em alguma medida, em todos os grupos humanos, fornece um caminho para a coleta, o armazenamento e a redistribuição de bens e serviços”. Esta passagem na obra do autor “A subsistência do homem e ensaios correlatos”, fundamenta a análise da Colônia Z-20 como instituição central e que depois redistribui bens e serviços para os seus associados.

Diante da coleta de dados obtidos a partir das entrevistas (APÊNDICE A), nesta pesquisa de monografia, são abordados os resultados referentes às 31 perguntas feitas aos diretores da Colônia Z-20. Esta seção tem por finalidade a tentativa de responder o terceiro objetivo desse trabalho, o qual é analisar com base na teoria polanyiana o papel da Colônia Z-

20, os processos que a mesma se torna um órgão centralizador e, em seguida, redistribuidor de serviços, treinamentos e benefícios de movimentos econômico e social para a subsistência de seus associados.

### 3.3.1 Centralidade

Para iniciar esse diálogo, vale ressaltar novamente que a Z-20 é uma associação civil e sindical, ou seja, uma organização comunitária, que além de representar, também organiza, mobiliza e defende os interesses gerais dos pescadores artesanais. Diante disso, a primeira função da Z-20 é desempenhar um papel de órgão centralizador (arranjo institucional), na qual ela recebe os recursos financeiros, informações, demandas e dá suporte aos seus associados. Assim, através do grupo que está por trás da direção, realiza-se a organização de documentos, acesso a benefícios, busca por parcerias em várias áreas, seja com o setor público e governamental, como o Governo Federal, Ministério Público Estadual (MPE), Prefeitura de Santarém, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Secretaria Estadual de Desenvolvimento (SED), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), INSS, Capitania dos Portos (CP), Secretaria de Portos etc., e universidades - como a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)-, e ainda, com o terceiro setor, como Organizações Não Governamentais (ONGs) - a exemplo da SAPOPEMA -, e organizações sem fins lucrativos, como o Projeto Saúde e Alegria (PSA) e o The Nature Conservancy (TNC). Um exemplo dessa parceria é descrito pelo Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças durante a entrevista<sup>5</sup>:

“[...] temos um consultório odontológico aqui na Z-20, o pescador pode vir aqui fazer seu tratamento em parceria com o Dr. Antônio Tapajós. Mas também aqui em Santarém temos várias parcerias com clínicas, basta o pescador apresentar sua carteirinha da Z-20 e é descontado ali [...]”. (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, 2025).

A seguir, este movimento da centralidade será descrito em três pontos:

#### a) Coordenador de Núcleo de Base

Outra forma de centralização é o capital humano político na associação de pescadores artesanais (Z-20). É a mobilização do fator trabalho para a realização dos processos

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em 10/06/2025.

inerentes ao funcionamento da associação. Esta centralização se dá por meio das eleições que elege coordenador(a) de Núcleo de Base, o mesmo tem obrigações com a Colônia, a qual pertence. O papel do coordenador do Núcleo de Base não apenas é representar o local onde coordena, mas também centralizar demandas, elaborar projetos futuros para seu Núcleo através de mutirão, rifas, sorteios, pix solitário etc. Além disso, esse representante tem que se deslocar para Sede da Z-20 para fazer acertos financeiros - que são as mensalidades recolhidas nas reuniões de Base -, entregar atas de reuniões e as listas de presenças dos(as) associados(as). De forma geral, podemos observar esse movimento de centralização no At. 55, do capítulo V, contido no Estatuto Social:

[...] recolher as mensalidades dos associados de seu Núcleo de Base e repassar para a Diretoria de Finanças sempre na segunda semana após o vencimento, sempre mediante comprovante de recebimento, [...] manter seu Núcleo de Base informado de tudo o que aconteça nas reuniões dos Coordenadores e na demais de que participe, trazendo sempre consigo ata e lista de presença de suas reuniões no Núcleo de Base para apresentar à Diretoria [...]. (COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, 2012, p. 09).

#### **b) Mensalidades e Taxas Associativas:**

Uma das principais fontes de recursos financeiros para funcionamento e manutenção da Colônia é através das mensalidades, taxas e contribuições que cada pescador(a) artesanal realiza de forma mensal e anual. Portanto, estamos diante da centralização de recursos financeiros. Esse recurso tem a finalidade de custear as despesas fixas (pagamento de funcionários, energia, água, telefone, transporte etc.), como também as despesas variáveis através de serviços, realização de projetos e treinamentos comunitários. Durante a entrevista<sup>6</sup>, foi mencionado que os pescadores e pescadoras artesanais contribuem de forma mensal no valor de R\$15,00, ou seja, as chamadas mensalidades em um período de doze meses (janeiro a dezembro), pois é quando os mesmos realizam atividade pesqueira e produzem seus rendimentos. No entanto, se o pescador artesanal atrasar três mensalidades, acaba gerando multa na associação – a multa é uma fonte secundária de recursos.

Quando chega o período entre os meses de abril a novembro, os(as) pescadores(as) contribuem com outras taxas mensais para as notas de peixes que serão enviadas pela Colônia para o sistema do INSS. Nesse segundo momento, também acontece o período do seguro defeso onde os associados pagam uma taxa mensal durante os meses de abril a outubro de cada ano ao INSS no valor de R\$10,50 para receber o benefício, pois os mesmos dão uma pausa na atividade pesqueira de aproximadamente quatro meses (novembro a março), em virtude da pesca ser

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada em 13/08/2025.

proibida para proteger a reprodução de algumas espécies de peixes. Observa-se que a taxa de R\$10,50 não fica com a Z-20, porém, está dentro de suas competências centralizadoras, junto aos seus associados(as), a intermediação desse pagamento ao INSS. Durante o defeso, os(as) pescadores(as) têm outra forma de renda, que na maioria das vezes é voltada para a agricultura familiar.

Além disso, há outras formas de arrecadação na Z-20, como uma taxa anual no valor de R\$10 que os(as) pescadores(as) contribuem para a manutenção das carteiras dos associados, ou seja, do RGP. Ainda, a Colônia paga ao MOPEBAM uma taxa mensal de R\$400,00 para ajudar a custear as despesas do Movimento. Outra taxação é voltada para o uso da Feira do Pescado<sup>7</sup> (Tablado) que está localizada na Avenida Tapajós do município santareno, de forma que a utilização do local é dividida entre os(as) pescadores(as) artesanais e comerciantes. Essa taxa somente é paga pelos comerciantes que varia entre R\$25,00 e R\$50,00, e o valor é de acordo com produto vendido, uma vez que foi dada a concessão do uso gratuito por 10 anos à Z-20, a partir do ano de 2024.

#### **c) Reunião nos Núcleos de Base e Assembleia Geral Ordinária:**

O processo de centralização se manifesta pelas reuniões que acontecem nos Núcleos de Base, de forma que os(as) associados(as) são convocados(as) a participar de cada encontro que ocorre. Nessa atividade, o Coordenador ou Coordenadora de Núcleo é quem coordena essas reuniões, cuja finalidade é manter os associados informados sobre assuntos pertinentes à Colônia. Além das reuniões de Núcleos de Base, os(as) associados(as) são convocados(as) a participar da Assembleia Geral Ordinária que “realizar-se-á anualmente no dia 29 de junho, três meses após o término do exercício social, que vai de abril a março, e deliberará sobre ‘a ordem do dia’” (COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, 2012, p. 5).

Diante disso, podemos perceber a centralidade na figura do Coordenador de Núcleos de Base nas reuniões e também o papel da diretoria da Colônia Z-20 quando ocorre as Assembleias diante de seus associados(as), de forma que vai em sintonia com a teoria polanyiana, a qual defende que “[...] a organização central é vital, não apenas em termos políticos, mas também econômicos [...]” (POLANYI, 2012, p. 90). Na prática, essa teoria se aplica dessa maneira, onde os(as) associados(as) devem comparecer regularmente nas reuniões e assembleias, como é descrito no Estatuto Social (2012, p. 3): “[...] comparecer regularmente

---

<sup>7</sup> Feira do Pescado conhecida popularmente como Tablado, local de comércio de pescado, hortaliças e produtos naturais em Santarém - PA.

ao Núcleo de Base, tornando-se parte ativa em todos os movimentos de interesse da categoria e suas Assembleias, sob pena de, se assim não o fizer, ser afastado da entidade [...]”. Caso o(a) associado(a) não seja ativo(a) nas reuniões e assembleias, poderá sofrer penalidades, como o afastamento definitivo da Colônia e perder seu RGP. Portanto, o(a) associado(a) assume uma obrigação com a Z-20, tendo como parte dessa obrigação a participação nas reuniões. Há um custo de oportunidade envolvido nisso: o trabalho que deixa de realizar em sua vida doméstica, o esforço em participar e os custos inerentes à participação. É pela obrigação com a centralidade que o(a) associado(a) disponibiliza seu tempo, disposição e recursos para participar das reuniões.

### 3.3.2 Redistribuição

Outro conceito importante de Polanyi é a redistribuição, ou seja, forma de integração econômica cujo movimento econômico está presente na dinâmica do funcionamento da Z-20, pois ultrapassa a visão de mercado. Dessa forma, nesse segundo momento, abordaremos uma economia invisível, ou que poucos conhecem; dada através da instituição que redistribui bens e serviços à comunidade de pescadores(as) artesanais. A instituição centralizadora e os seus associados firmam entre si obrigações. Estes pagam suas taxas em dinheiro, trabalho e tempo para participar em reunião - a centralização. A centralidade, por sua vez, tem a obrigação de redistribuir serviços e recursos que contribuem com a reprodução social dos seus associados.

A dimensão dessa redistribuição será elencada a seguir, onde é abordado o papel da Colônia Z-20 como intermediadora, seja por meio de benefícios sociais e previdenciários, seja representando e defendendo a categoria pesqueira. As outras formas redistributivas da Colônia Z-20 se dão também pelos cadastros e atualização dos(as) pescadores(as) artesanais, levantamento de créditos, redistribuição de serviços através de ações sociais, mutirões, treinamentos e palestras. De forma geral, são muitas as formas de redistribuição que a Z-20, um órgão centralizador, consegue devolver em bens e serviços aos seus associados(as), porém, será elencado aqui em cinco principais processos redistributivos:

#### **a) Benefícios Sociais e Previdenciários**

O movimento de redistribuição na Colônia (Z-20) ocorre por meio da facilitação de benefícios sociais e previdenciários, ou seja, isso constitui um dos principais meios pelos quais os recursos são redistribuídos de maneira organizada. Esse processo redistributivo realizado do

centro para os(as) associados(as) pode ser percebido através de benefícios como o seguro defeso, auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-reclusão, aposentadoria, salário maternidade. Serão detalhados, a seguir, os principais benefícios sociais e previdenciários garantidos na Lei nº8.213/91 aos pescadores artesanais (BRASIL, 1991), exceto o seguro defeso que tem uma Lei específica (10.779/2003) (BRASIL, 2003):

✓ Aposentadoria por idade: o pescador artesanal tem direito a partir de 60 anos e a pescadora artesanal, a partir de 55 anos, com comprovação de 15 anos de atividade da pesca, através das contribuições. Logo, a função da Colônia é emitir declarações e o envio para o INSS;

✓ O auxílio-doença ou benefício por incapacidade temporária: o(a) associado(a) tem direito quando está indisponível temporariamente de exercer sua atividade pesqueira por questão de saúde. Nesse caso, precisa ter atestado médico e documento que exerce atividade profissional. Dessa feita, o papel da Colônia (Z-20) é encaminhar a documentação junto ao INSS;

✓ Pensão por morte: acontece quando o(a) pescador(a) vem a óbito e seus dependentes têm direito ao benefício. Para ter acesso ao benefício, os dependentes precisam comprovar vínculo do pescador com a Colônia por meio de documentos, geralmente pela carteira RGP.

✓ Salário maternidade: este benefício é voltado para pescadora artesanal por estar afastada do exercício da pesca artesanal durante a gestação e parto, benefício previdenciário este pago pelo INSS durante 120 dias.

✓ Seguro defeso: é um benefício que o(a) pescador(a) artesanal tem direito durante um período em que a pesca é proibida, uma vez que a reprodução de algumas espécies é protegida nesses meses. Geralmente, o valor do benefício é de um salário mínimo durante três a quatro meses, de modo que a Colônia (Z-20) é intermediadora nesse processo redistributivo, pois é ela que organiza e envia os documentos dos(as) associados(as) para o INSS.

Outrossim, ocorreram mudanças significativas na Lei 14.601/2023, a qual permite o recebimento do bolsa família como também do seguro defeso. Anteriormente o pescador ou pescadora artesanal não conseguia receber os dois auxílios ao mesmo tempo; contudo hoje a legislação permite o recebimento conjunto desses dois benefícios, portanto esse exemplo é outra forma de redistribuição, em que a categoria pesqueira tem acesso por meio da Colônia artesanal.

A partir desses dados, podemos imaginar em termos de finanças, na moeda brasileira (R\$), o quanto esses benefícios ajudam a movimentar o mercado local de Santarém-

PA. Por uma ótica de mercado, conseguimos fazer um cálculo simples dessa entrada monetária usando de exemplo o seguro defeso que cada pescador e pescadora recebe, o valor de um salário mínimo (R\$1.412,00) durante quatro meses. Suponha-se que a Colônia Z-20 tenha cerca de 3500 associados(as) ativos(as) e todos(as) conseguem receber o seguro defeso durante os quatro meses. Chegamos então ao resultado de aproximadamente R\$ 19.768.000,00 por ano.

Esse valor tem o objetivo de suprir as necessidades básicas dessa categoria, mas que, ao mesmo tempo, consegue injetar uma parcela altíssima de recursos financeiros na economia do Baixo Amazonas. A questão de quem paga ou não o benefício nesse caso é irrelevante, pois a verdadeira pergunta é: em um cenário alternativo, onde não existe a Z-20 como centralidade dos pescadores e pescadoras artesanais, haveria a reivindicação e a garantia desses direitos? Quanto desse recurso depende da facilitação proporcionada pela Z-20? Obviamente, seu papel nessa economia gigantesca de 19 milhões redistribuída pelo governo federal é relevante. O mesmo se aplica aos outros benefícios, que fariam essa cifra aumentar ainda mais. Essa é a economia intermediada pela Z-20, que auxilia na subsistência dos associados e dinamiza a economia santarena.

#### **b) Gestão de Documentação e Regulação:**

O processo de centralização se dá também pelos processos administrativos que ocorrem nos departamentos da Z-20. Dentre as principais tarefas estão: organização de documentos, elaboração de atas de reunião, declarações, emissão de carteiras profissionais (RGP), envio de documentos para os(as) associados(as) adquirirem benefícios, registro no site Ministério da Pesca (reconhecimento facial, criação de e-mail, criação de senha gov). Também a Z-20 realiza o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF). Um exemplo, é a organização e envio de documentos para que o(a) pescador(a) artesanal adquira carteira profissional, como comenta Marinho (2020):

A colônia de pescadores Z-20 encaminhará a documentação pertinente para registro do pescador junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, onde este receberá outra carteira de identificação, que dará direito de cadastro junto ao INSS, além de acesso a linhas específicas de financiamento estatal junto aos bancos (Marinho, 2020, p. 31).

Dessa forma, podemos analisar o processo da redistribuição no cotidiano da Colônia, como é descrito pelo Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, onde ele comenta<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 10/06/2025

sobre principais funções administrativas realizada pela Z-20 para os associados, conforme está descrito a seguir:

“[...] a Z-20, ela já faz a recepção do seguro desemprego do pescador que não era ela, a Z-20 que fazia antes, mas sim aos órgãos federais (INSS, Ministério do Trabalho) e hoje é a Z-20 que faz, porque temos o acordo de cooperação [...] o acordo de cooperação técnica assinado em 2015 e renovado em cada cinco anos. Esse acordo de cooperação técnica entre o INSS, a Confederação Nacional, a Federação, o Ministério Público, o Ministério do Trabalho e as Colônias, ele autoriza as colônias a fazer a recepção do seguro defeso dos pescadores no sistema do INSS. [...] não só o seguro, como todos os benefícios previdenciários, nós fazemos por aqui. O pescador não precisa mais ir ao INSS, em Santarém pra solicitar o auxílio doença, pensão por morte, aposentadoria e seguro desemprego... nós realizamos na Z-20 já. Nós encaminhamos para um órgão federal que é INSS né, que vai analisar o processo. Sobre o RGP do pescador que é o Registro Geral da Pesca, que o pescador acaba se associando na Z-20, e solicita o RGP através do sistema e nós também fazemos esse processo dentro da Z-20. E aí solicitado, o pescador recebe uma carteira federal com o número do seu RGP, [...] aí ele pode realizar sua atividade principalmente e solicitar os benefícios conforme o direito que ele tem [...]” (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, 2025).

Sendo assim, percebe-se a redistribuição através dos serviços de documentação e regulação que a Z-20 fornece aos seus associados(as), anteriormente realizados por órgãos federais e que hoje a Z-20- tem autonomia para encaminhar tais processos aos órgãos responsáveis.

### **c) Festividade de São Pedro**

Já são 105 anos de funcionamento da Colônia Z-20 e com ela a tradicional festividade de São Pedro, padroeiro dos pescadores e pescadoras artesanais. Esta festa acontece anualmente, sempre com vários dias de programação que celebra a fé, a tradição pesqueira e os laços comunitários, de forma que envolve toda a comunidade. Diante disso, a festividade é uma forma de redistribuição, segundo Polanyi (2012) argumenta:

“[...] as festas, a distribuição cerimonial de alimentos, as solenidades religiosas, os banquetes fúnebres, as visitas de Estado, a colheita e outras celebrações oferecem um sem-número de ocasiões para a distribuição de alimentos em larga escala e, às vezes, até de produtos manufaturados. [...] Não faz diferença se o que autoriza a coleta é o parentesco ou se são laços feudais, vínculos políticos ou a tributação direta. O resultado é sempre o mesmo: armazenagem e redistribuição [...]” (POLANYI, 2012, p. 89).

A Colônia Z-20, por ser o órgão central, organiza a programação dos dias de festividade, buscando articulação com órgãos públicos como menciona a Prefeitura de Santarém (2025), por meio da Secretaria de Turismo (SEMTUR) para apoio logístico, licenciamento e divulgação, e, para além; a Colônia busca firmar parcerias com empresas

privadas como a Stihl. Desse modo, podemos analisar a seguir como acontece a programação da festividade e, ao mesmo tempo, o processo redistributivo da Instituição centralizadora descrita<sup>9</sup> pelo Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças:

[...] a 29/06 (vinte e nove de junho). A programação social é a programação nós que tivemos agora dia 21/06 (vinte e um de junho), uma panfletagem na orla de Santarém. Essa panfletagem é pra convidar a população santarena pra que possa estar acompanhando a nossa programação né?! A gente convida nossos pescadores, leva panfleto, leva alguns calendários. A gente entrega pra população, aí eles ficam sabendo, entregamos nas lojas como nas embarcações, a gente [...] a programação ela começou agora dia 21/06 (vinte e um de junho) e vai até faz esse convite né? Então aconteceu no dia vinte e um agora começou da manhã foi até às onze da manhã na orla de Santarém né?! Toda uma equipe aí nos deu esse apoio né? Ah, dia 21/06 também a noite teve a seresta aqui na Z-20 vinte, essa seresta já é uma tradição. No 29/06 de junho vai haver o arraíá do Pedrão para a confraternização com os nossos pescadores, que vai ser a noite aqui na Z-20. E também no dia 29/06 ser realizada a assembleia, este ano vai a assembleia aqui no ginásio do colégio do Amando, onde envolve todos os nossos pescadores. E nessa Assembleia Ordinária e tem um ponto de pauta ser discutido e será aprovado ou não pelo pescador. Então dia 29/06 na Assembleia começa a partir das seis horas da manhã com café da manhã, a gente doa para o pescador presente. E às 12:15hmin vai ser um sorteio de rifa. Esse sorteio de rifa vem acontecendo todos os anos. Então, tem dez prêmios aí, a gente consegue fazer uma articulação e ganhar muitos prêmios desses de nossos parceiros. E este ano, além do sorteio da rifa, vai ter sorteio de alguns brindes, por exemplo dois motores rabetas para aqueles pescadores que participar da assembleia, vai ter cesta básica também. Logo depois, vai ter almoço de confraternização com todos os pescadores presentes, essa é a parte social [...] (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças).

A redistribuição na comunidade pesqueira ocorre em contexto festivo e religioso, por meio da celebração de missas, carreata religiosa, procissão fluvial no rio Tapajós, Assembleia geral, panfletagem e arraial. Logo em seguida, esse processo redistributivo acontece pela comunhão de alimentos, pois é quando todos os presentes usufruem do banquete que é servido, fortalecendo assim os laços de amizade entre o grupo de pescadores(as) artesanais. Outra forma de redistribuição é através de prêmios e brindes que são doados pela empresa privada, como comenta<sup>10</sup> um dos diretores da Z-20: “[...] a Stihl neste período de festividade, eles vão doar motores para gente colocar no sorteio do bingo e motores para reuniões com os coordenadores, essas são algumas empresas que nos ajuda nessa festividade.” (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, 2025).

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 10/06/2025.

<sup>10</sup> Entrevista realizada em 10/06/2025.

**Figura 6:** Assembleia Ordinária da Colônia Z-20



Fonte: Colônia Z-20, 2025.

**d) Políticas Públicas, Levantamento de Crédito e Representatividade:**

As políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro são como já mencionado anteriormente, conquistas e vitórias que perduram ao longo dos anos e que servem de alicerce para os(as) pescadores(as), os(as) quais junto de suas famílias vivem da pesca artesanal, de modo que fortalece as práticas tradicionais de manejo natural e sustentável na natureza. Essas políticas públicas não somente garantem os direitos aos benefícios, como também trazem à tona a importância da cultura, dos saberes tradicionais e da atividade da pesca. A Colônia (Z-20) atua como intermediadora na adesão de benefícios sociais, programas voltados ao setor de pesca e parcerias para fornecimento de crédito para seus associados(as). O seguro defeso é uma das principais políticas públicas a que a Z-20 têm acesso, um benefício pago pelo INSS para os(as) pescadores(as) artesanais em um período entre os meses de novembro a março. Quando chega esse período do seguro defeso, é a Colônia (Z-20) que faz a organização e envio de documentos dos associados para o INSS.

Outro papel redistributivo da Z-20 é a atuação no levantamento de financiamentos para projetos do setor. Conforme veremos adiante no Estatuto Social (2012) da Z-20, esse processo se desenvolve da seguinte maneira:

“Levantar financiamentos juntos as instituições financeiras bancárias, visando melhor desenvolver os projetos, assim como enviar projetos para levantamento de recursos junto a entidades nacionais e internacionais, visando à viabilização e desenvolvimento e a realização de seus projetos.” (COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, 2012, p. 1).

Por fim, as políticas públicas para financiamento de crédito para projetos futuros da Colônia contribuem para estimular investimentos na infraestrutura, compra de materiais, equipamentos, projetos voltados para comercialização do pescado e outros.

A representação política e institucional da Colônia de pescadores artesanais na região do Baixo Amazonas é uma conquista na esfera política, social e econômica. Um dos papéis da Colônia de pescadores e pescadoras artesanais (Z-20) é ser uma entidade que representa seus associados(as) no município de Santarém, no Brasil e no mundo. Seus associados(as) contabilizam cerca de aproximadamente 3500 pescadores(as) ativos(as). Por meio dessa representatividade formal, os diretores/coordenadores de núcleos se fazem presentes perante diversas entidades, tais como: órgãos governamentais, empresas, participação em eventos/palestras (nacionais e internacionais), assembleias e reuniões, em busca da melhoria e defesa dos interesses da categoria, como a preservação dos territórios pesqueiros. Adiante, nota-se essa representatividade como comenta <sup>11</sup> o Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças (2025):

[...] o Diretor de meio ambiente é ele quem sempre vai nessas discussões de acordo de pesca, reuniões de comunidades com os coordenadores, se tem algum conflito ele deve estar lá presente para conversar com pescadores [...]. (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, 2025).

O sistema de representatividade da Z-20 ocorre em nível regional através do Conselho Regional de Pesca que é “[...] composto por representantes de todas as comunidades que partilham o mesmo sistema de lagos [...]” (SERRÃO; BENTES, 2004, p. 12). Em escala local, essa representatividade acontece por meio de coordenador ou coordenadora que compõe o Núcleo de Base e também na Assembleia Geral de Coordenadores, onde cada núcleo tem um coordenador, cuja função do mesmo é deliberar sobre os assuntos da categoria.

#### **e) Serviços de ação social, capacitação e apoio a pesquisa:**

São redistribuídos aos associados(as) da Colônia (Z-20) serviços de ação social, capacitação, cursos, mutirões, oficinas, treinamentos; além do apoio à pesquisa e extensão com ONG e universidades. De acordo com o Art. 3 no Estatuto Social da Z-20 (2012, p. 1) compete: “[...] promover a execução de pesquisas básicas, estudos, seminários, cursos, treinamentos e auxílio técnico, nas áreas de desenvolvimento social, econômico, político, ambiental, de saúde e de educação, aplicáveis na região [...]”.

Segundo o diretor Edinaldo, aconteceu, nesses últimos anos, uma ação social na Z-20 em parceria com a Prefeitura de Santarém para tirar documentos e atualização, por exemplo, da primeira via da carteira de identidade dos(as) pescadores(as).

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 10/06/2025.

Outrossim, aconteceu um movimento social com parcerias de clínicas, onde o(a) pescador(a) tinha que levar dois alimentos não perecíveis para garantir seu atendimento com o profissional de saúde.

As ações solidárias, muitas das vezes, acontecem nos próprios Núcleos de Base por meio de rifas, bingos e pixs solidários em prol de ajudar o(a) pescador(a) artesanal de outra comunidade que está passando por problemas de saúde ou dificuldade financeira. Este processo redistributivo externaliza a solidariedade entre a comunidade pesqueira e pode ser observada a seguir na fala<sup>12</sup> do diretor da Colônia Z-20:

“[...] durante o período do ano né, tem muitos pescadores que fazem bingo, rifas; mas para ajudar os próprios pescadores em outras Comunidades, que são os pix's solidários que muitos pescadores acabam adoecendo, então a Base ajuda e aqui na Z-20 chamamos de chapeuzinho como era chamado antigamente para ajudar esses pescadores. A gente ajuda diretamente também com cestas básicas que alguns órgãos doam pra nós e aí damos para os pescadores fazerem esses procedimentos nas Comunidades” (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, 2025).

Para além disso, durante a entrevista<sup>13</sup>, foram mencionados treinamentos de “Serviços digitais” voltados para o público juvenil nos Núcleos de Base. O diretor relata também sobre a parceria que a Colônia-20 tem com a Ufopa, onde a Associação recebe os acadêmicos para fazer suas pesquisas, como também a Universidade dá oportunidades para a Instituição representar a categoria no meio acadêmico, através das participações em eventos.

Ainda durante a entrevista, foi mencionado sobre a capacitação que a Colônia Z-20 teve em parceria com o MOPEBAM. Podemos observar na fala do diretor Edinaldo: “[...] capacitação sobre novas lideranças, principalmente pra entender o que é uma entidade sindical, conhecer um pouco das leis e dos procedimentos” (Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças, 2025).

Uma das principais ONGs que dá suporte para a Z-20 é a SAPOPEMA, tanto em termos de ações comunitárias, como também para pesquisa e extensão. Temos como exemplo a publicação mais recente desde ano de 2025, o “Guia Prático para Gestão de Colônias de Pescadores e Pescadoras”, uma realização do MOPEBAM com parcerias com a SAPOPEMA e TNC. Vale mencionar outras publicações importantes dessa parceria entre a Colônia Z-20, SAPOPEMA, Ufopa e outras entidades envolvidas, tais como: a nota técnica sobre “Panorama da seca em Santarém, no Baixo Amazonas, Pará”, publicada no ano de 2023; o relatório, divulgado no ano de 2020, referente aos “Impactos da COVID 19 nas Comunidades de

---

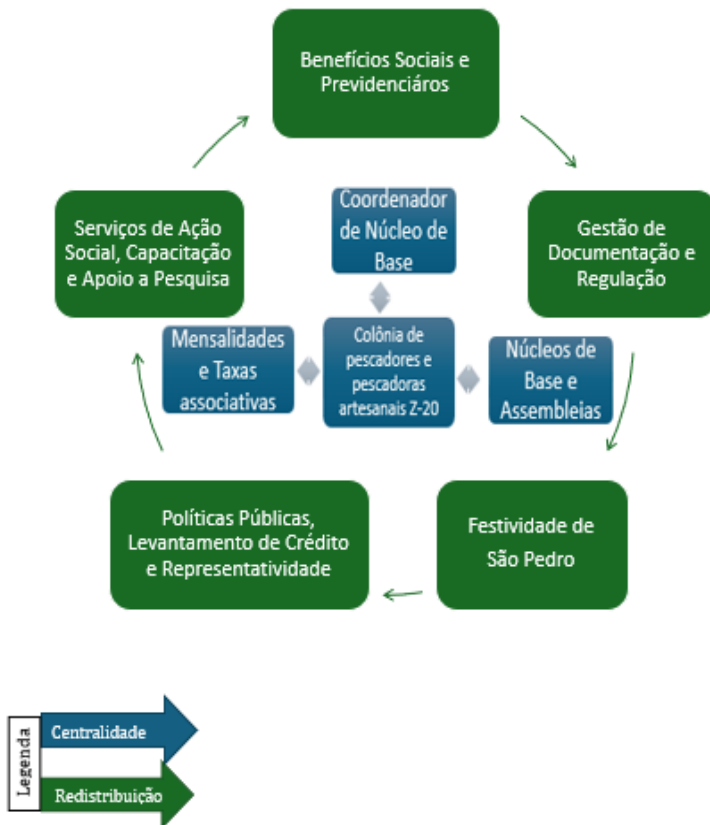
<sup>12</sup> Entrevista realizada em 10/06/2025.

<sup>13</sup> Entrevista realizada em 13/08/2024.

pescadores de Santarém- PA”; a publicação do “Mapeamento, Diagnóstico e Análise dos Acordos de Pesca do Baixo Amazonas”, no ano de 2021; e, por fim, a publicação, no ano de 2019, do “Plano de Desenvolvimento Sustentável da pesca e piscicultura do Baixo Amazonas”.

De forma resumida, podemos analisar esses resultados através do diagrama circular, no qual a Colônia Z-20 está no meio como órgão centralizador, assim como os outros processos de centralização indicados por setas para dentro. A redistribuição está na parte externa com setas para fora que ilustram o fluxo de serviços e benefícios voltado para o(a) pescador(a) artesanal.

**Figura 06** - Processo de centralização e redistribuição da Colônia Z-20



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Portanto, a Colônia Z-20, na teoria polanyiana, nos permite compreender uma instituição que promove a organização na comunidade pesqueira e de sua economia, que vai além dos processos inerentes ao mercado, onde a economia está vinculada com processos de centralidade e redistribuição muitas vezes invisibilizados na sociedade moderna. É uma economia em paralelo à economia de mercado, que funciona com outra lógica, contudo, realiza o mesmo objetivo final: garantir meios de subsistência ao homem, nesse caso, aos associados e associadas da Z-20, conforme os movimentos de centralização e redistribuição citados acima.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a estrutura social da Colônia de Pescadores e Pescadoras artesanais Z-20 de Santarém no Pará, com base na teoria de Karl Polanyi, evidenciando os conceitos de centralização e redistribuição. Polanyi enfatiza as formas de integração e estrutura de apoio no processo econômico, cuja economia está presente nas estruturas sociais. Nesse sentido, foi possível observar a Colônia Z-20 como uma instituição específica operante na centralização e redistribuição de recursos. Esse aspecto reforça a relevância de analisar a organização estrutural da sociedade, de modo que a economia está inserida em vários contextos sociais e isto se corrobora no modo de vida dos povos tradicionais, como dos(as) pescadores(as) artesanais do Baixo Amazonas.

O levantamento do material bibliográfico de autores foi de suma importância para construção do referencial teórico deste trabalho. Em seguida, a principal base teórica abordada foi sobre o livro “A subsistência do Homem e Ensaio Correlatos” do autor Karl Polanyi, o qual foi publicado no ano de 2012. Dessa forma, a estrutura conceitual abordada pelo autor contribuiu para o entendimento e compreensão do funcionamento de uma economia invisível que está presente na instituição Colônia de pescadores e pescadoras artesanais Z-20, onde sustenta o argumento sobre o conceito da economia ser plural e ampla na estrutura da sociedade. Não obstante, entra em contradição com diferentes visões teóricas de abordagens singular e restrita sobre uma economia voltada apenas para as relações de mercado, sob a ótica de oferta e demanda.

No capítulo três desta monografia, foram demonstrados os resultados da análise de dados, a partir das entrevistas de campo sobre a estrutura econômica do funcionamento da economia redistributiva na Colônia Z-20. O desfecho da análise apresenta uma forma de integração e um arranjo institucional sólidos. Tais parâmetros demonstram uma Associação de Base Comunitária que luta pelos direitos da categoria pesqueira por meio das políticas públicas, organiza e regulariza os documentos dos associados, se representa perante os órgãos públicos e privados, busca firmar parcerias com entidades; além de redistribuir alimentos, bens, serviços, informações e festa religiosa. A mesma atua como intermediadora de benefícios sociais e previdenciários entre o(a) associado(a) e o Governo, e também, de forma complementar, oferece capacitação para seus pescadores(as) artesanais através de cursos, treinamentos e oficinas.

Contudo, vale mencionar outro ponto sobre a questão da luta constante que a Colônia Z-20, juntamente com seus associados(as), enfrenta diariamente em defesa dos lagos e

rios onde exercem suas atividades pesqueiras. Este entrave se dá pela fragilidade de políticas públicas para o manejo sustentável de recursos pesqueiros, uma vez que a categoria não tem incentivo para fortalecer o setor pesqueiro. Com isso, abrem-se lacunas estruturantes para a pesca ilegal, por meio da ausência de fiscalização nas regiões de rios, como Tapajós, Amazonas e Arapiuns. A pesca ilegal não é somente um problema ambiental, mas também socioeconômico, onde tal prática ilegal é realizada por grandes embarcações e pescadores não autorizados e, conseqüentemente, a reprodução das espécies será afetada até não haver mais estoque nos rios e lagos. Isto pode ser observado no período do defeso, no qual várias espécies de peixes ficam proibidas de serem comercializadas, com o objetivo de reprodução das mesmas, como o pirarucu; porém com a pesca ilegal frequente este objetivo não é alcançado e logo afeta tanto o meio aquático como a subsistência dos(as) pescadores(as) artesanais.

Outro desafio que a Colônia Z-20 e toda comunidade pesqueira enfrentaram foi a pandemia que durou de forma oficial do ano de 2019 até meados de 2023, onde o vírus da COVID-19 contaminou uma grande massa de pessoas em todo mundo e, especificamente, na região amazônica. No decorrer desse período, os(as) pescadores(as) artesanais enfrentaram obstáculos para a comercialização do pescado, uma vez que a circulação de pessoas ficou restringida e logo ocasionou na queda da demanda e comercialização do pescado. Por consequência, a renda dos(as) pescadores(as) diminuiu, além daqueles(as) pescadores(as) que ficaram no grupo de risco, não podendo de forma nenhuma exercer atividade pesqueira. Dessa forma, agravou-se a vulnerabilidade socioeconômica dessa categoria. Nesse sentido, a Colônia Z-20 exerceu um papel importante, onde intermediou com Governo Federal para a garantia de auxílio emergencial para os(as) pescadores(as) artesanais, contudo, nem todos conseguiram receber o auxílio, dificultando a sobrevivência dos mesmos. Durante a entrevista, o Diretor de Patrimônio, Pessoal e Finanças relatou sobre a ajuda que tiveram de ONGs, como a SAPOPEMA e o PSA, os quais doaram kits de higienização e proteção para os(as) pescadores(as).

Nos dois últimos anos (2023 e 2024), os pescadores e pescadoras artesanais enfrentaram problemas com a seca, devido às mudanças climáticas. A maioria dos(as) associados(as) da Colônia Z-20 residem em comunidades ribeirinhas, ou seja, em regiões de várzeas. Esta parcela dos(as) associados(as) foram os(as) principais afetados(as), onde lagos secaram e toneladas de peixes morreram devido à grande estiagem que perdurou por um período de tempo acima do normal. Diante dessa realidade, uma série de consequências mudou a rotina do pescador, tais como: o principal alimento de comercialização e de consumo das famílias pesqueiras foi acabando à medida que a seca continuava e, automaticamente, a renda deles

diminuía, além de outro problema, no qual afetou na locomoção dessas pessoas para a cidade de Santarém e para outros lugares. Dessa maneira, a Colônia Z-20 mais uma vez intermediou com o Governo Federal para o recebimento do auxílio extraordinário para os(as) pescadores(as), como menciona um dos diretores da instituição. Ele comenta também que, nesse período, a Colônia Z-20 recebeu várias doações de água potável, cestas básicas e kits, no qual a Instituição juntamente com parcerias (SAPOPEMA, Governos Estadual e Federal e Defesa Civil) viajaram em um barco para fazer a redistribuição desses alimentos para as comunidades ribeirinhas.

Para responder à questão problema que nos orientou ao longo do trabalho, concluímos que nosso objeto de estudo, a Colônia Z-20, é baseada na centralidade institucional e na redistribuição, ou seja, com forma de organização econômica não-mercado. Podemos enfatizar esta conclusão de acordo com Polanyi (2012, p. 88): “a redistribuição prevalece num grupo na medida em que, na alocação de bens (incluindo-se a terra e os recursos naturais), estes são recolhidos e redistribuídos conforme o costume, lei ou uma decisão central ad hoc”. A centralidade está voltada para a própria Colônia Z-20 como órgão centralizador que recolhe e administra; e o seu papel redistribuidor está na redistribuição de bens e serviços aos seus associados(as). Nesse sentido, conseguimos alcançar os objetivos propostos para esse trabalho. Identificamos ainda lacunas no conhecimento relacionadas ao funcionamento da Z-20, que podem ser exploradas em pesquisas posteriores, com destaque para a suspensão do pagamento do seguro defeso de 2015 e a doença de Haff (síndrome da urina preta) no ano de 2021.

Por último, concluímos reiterando, acerca deste trabalho, sobre a importância do estudo sobre a estrutura social em diferentes sociedades. Dessa forma, esse trabalho buscou evidenciar sobre a economia central e redistributiva da Colônia de pescadores e pescadoras artesanais Z-20 à luz da teoria polanyiana, valorizando uma economia que vai além do mercado autorregulado. Ratifica-se diante disso, no que tange no sentido da palavra economia para além do mercado não é apenas possível, mas necessário, uma vez que o campo de estudo é sobre uma instituição tradicional inserida em uma sociedade moderna, com formas de viver o econômico em bases coletivas e que busca valorização na categoria pesqueira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA ÁGUAS AMAZÔNICAS. **Memória do Encontro Diálogo de Saberes: Práticas para o Avanço do Manejo Participativo da Pesca na Amazônia.** 2025.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, n. 1, 29 jun. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm). Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 25 nov. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779compilado.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779compilado.html). Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 24 jun. 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.html). Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nº s 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 19 jun. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm). Acesso em 21 jun. 2025.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. Perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil: Insumos para o programa seguro defeso. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 60, abr. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6625>.

CANGIANI, Michele. Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its "Disembedded" Economy. **JOURNAL OF ECONOMIC ISSUES**, v. XLV, n. 1, 2011.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-20. **ESTATUTO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-20 – SANTARÉM.** Alterado por meio da Assembleia Geral Extraordinária, exclusivamente para este fim, na data de 29/06/ 2012, 11.

GAMA, Antonia do Socorro Pena da. **Educação ambiental e a construção da sustentabilidade na região de várzea de Santarém (PA) - Brasil.** 2016. 230 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/971386>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

IBGE-Cidades, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Santarém. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 2 jul. 2025.

KALIKOSKI, Daniela; NETO, José Dias; THÉ, Ana Paula Glinfskoi; RUFFINO, Mauro Luis; FILHO, Simão Marrul. **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir**. Brasília: IBAMA, 2009. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/publicacoes/2009-gestao-compartilhada-recursos-pesqueiros-refletir-para-agir.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/view](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view). Acesso em: 01 nov. 2024.

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. **Uma chama na Amazônia: campesinato, consciência de classe e educação: o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA) (1974-85)**, 1989. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/5f51c3a5-efe0-4844-b7ec-3c1bbd728d29/content>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MARINHO, Daliane Ferreira. **A saúde do pescador artesanal de Santarém-Pará**. 2020. 153 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/350>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MATIAS, Keidy Narely Costa. O Novo Império Egípcio em Contexto: considerações sobre uma unidade teopolítica (1550-1075 a.C.). **Revista Ágora**, Vitória, n. 25, p. 7-21, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/18578>. Acesso em: 28 jun. 2025

MORAES, Sérgio Cardoso de. ORIGEM DAS COLÔNIAS DE PESCADORES. **COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 ARACAJU-SERGIPE** (Blog). Santarém (PA), 2016. Disponível em: <https://coloniadepescadoresz1se.blogspot.com/2016/02/origem-das-colonias-de-pescadores.html>. Acesso em: 27 jan. 2025

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Disponível em: [https://ppgs.uff.br/wp-content/uploads/sites/563/2024/08/Polanyi\\_A-Subsistencia-do-Homem.pdf](https://ppgs.uff.br/wp-content/uploads/sites/563/2024/08/Polanyi_A-Subsistencia-do-Homem.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Disponível em: [https://lburlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2023/03/06\\_Polanyi-A\\_grande\\_transformacao.pdf](https://lburlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2023/03/06_Polanyi-A_grande_transformacao.pdf). Acesso em: 24 fev. 2025.

PREFEITURA DE SANTARÉM. **Prefeitura articula apoio à Festividade de São Pedro**. Santarém, PA, 2025. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/turismo/semtur-articula-apoio-a-festividade-de-sao-pedro-em-santarem-u6tjby>. Acesso em: 20 jun. 2025.

REIS, Arthur César Ferreira. **Fortificações da Amazônia no período colonial**. RHIGB, v. 344, jul./set., 1984.

ROSA, Roose de Fátima da Silva; DINIZ, Márcia Jucá Teixeira; DINIZ, Marcelo Bentes. Queda da Produção Pesqueira do Estado do Pará: Evidências da tragédia dos comuns? IN: **IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO** – Políticas Públicas e as Perspectivas da Economia Ecológica. Out. 2011, Brasília - DF – Brasil.

SCHAAN, Denise Pahl. **A Amazônia em 1491**. Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas, v. 11, n. 20, 21, 2009.

SERRÃO, Elizabete de Matos; BENTES, Antônio José Mota (Org). **Cartilha Gestão de Colônias**. Santarém, PA: MOPEBAM, 2004. Disponível em: <https://www.sapopema.org/relatorios>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SILVA, Luiz Gonzaga Feijão da. **Aviamento e redistribuição na Amazônia: uma análise evolucionária do período colonial**. 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Pará, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16494>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Rubens Elias; FERREIRA, Roberth Rodrigues. Construção de Acordos de Pesca e Políticas Públicas para gestão de recursos pesqueiros na Região de Santarém, Pará (1990-2004). **O Social em Questão** – Ano XXI - nº 41 - Mai a Ago/2018. Disponível em: [https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_41\\_art\\_SL2\\_Silva\\_Ferreira.pdf](https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_SL2_Silva_Ferreira.pdf). Acesso em: 28 mai. 2025

SOUSA, Girlian de. **A Exploração de Recursos Faunísticos na Amazônia: história, economia e meio ambiente (do Brasil colônia ao império)**. 2024. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16339>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SOUSA, João Rodolfo Ramos de. **Produção Pesqueira: uma caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais do porto dos milagres, em Santarém-Pará no ano de 2019**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/2435>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SOUSA, Wandicleia Lopes de; MONTE, Leila de Fátima de Oliveira; SILVA, Rubens Elias da; VIEIRA, Thiago Almeida. **Protagonismo socioeconômico das pescadoras artesanais do bairro Pérola do Maicá, em Santarém Pará**. REVISTA CIÊNCIAS DA SOCIEDADE, 2(4), 143–161, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30810/rcs.v2i4.907>. Acesso em: 04 mai. 2025

SOUSA, Wandicleia Lopes de. **CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS NO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ, NO MUNICÍPIO**

**DE SANTARÉM-PARÁ.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia. Monographias brasileiras,** v. 3. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1985. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3162>. Acesso em: 10 abr. 2025

**APÊNDICE A - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO DE PERGUNTAS ABERTAS DE TEOR QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA PESQUISA DE CAMPO COM A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES (Z-20) DE SANTARÉM-PA**

<b>1. Como funciona a diretoria da Z-20?</b>
<b>2. Quais os deveres da diretoria Z-20 com seus associados?</b>
<b>3. Como a diretoria da Z-20 realiza a tomada de decisões cabíveis ao setor?</b>
<b>4. Quem compõe essa diretoria? Citar nomes completos de acordo com o cargo</b>
<b>5. Qual a quantidade de funcionários que a Z-20 agrega atualmente? E quais são esses cargos?</b>
<b>6. Qual a quantidade de associados na Z-20?</b>
<b>7. Como o pescador faz para se associar a Colônia Z-20?</b>
<b>8. Qual a Carteira que pescador ou pescador adquire por se associar?</b>
<b>9. Em qual momento o pescador ou pescadora artesanal pode perder a carteira de associado?</b>
<b>10. Através da Associação (Z-20) quais benefícios que o (a) pescador (a) adquire?</b>
<b>11. Em qual momento acontece as Assembleias Extraordinárias?</b>
<b>12. Quando acontece as eleições e como acontece esse processo de escolha da diretoria? Por quanto tempo uma pessoa pode permanecer na diretoria?</b>
<b>13. Quais os pontos de comércio dos pescados?</b>
<b>14. O público de associados maior é do sexo masculino ou feminino?</b>
<b>15. Qual abrangência territorial da Z-20? Rios, Conselhos Regionais de Pesca, Comunidades, Núcleos de Base etc.</b>

<b>16. Valor da mensalidade que pescador paga a Colônia?</b>
<b>17. Quantas vezes o (a) pescador (a) paga mensalidade ao INSS e qual o valor? Tem outras taxas além dessas, se sim, quais? Exemplo: Taxa para MOPEBAM</b>
<b>18. Quais as ações sociais realizadas nos últimos dois anos?</b>
<b>19. Acontece festas tradicionais na Associação? Se sim, geralmente como ocorre esta organização?</b>
<b>20. A Colônia Z-20 oferece cursos, treinamentos e capacitação para os seus associados e para a liderança?</b>
<b>21. Quantas Colônias de pescadores estão associadas ao MOPEBAM e quais são elas? E qual o número de associados de cada Colônia? (pergunta opcional para responder)</b>
<b>22. Qual o período do defeso?</b>
<b>23. Quais os peixes que ficam proibidos para consumo e venda durante o período do defeso?</b>
<b>24. Quais as estratégias adotadas pela Z-20 para combater o vírus da COVID-19?</b>
<b>25. Quais as estratégias adotadas pela Z-20 para enfrentamento da seca?</b>
<b>26. Quais as principais políticas públicas voltadas ao setor de pesca?</b>
<b>27. Quais órgãos públicos e ONG's que a Z-20 se relaciona são mais importantes?</b>
<b>28. Há outras formas que associado pode contribuir com a Z-20 (trabalho, puxiruns, doações, etc)? isso é frequente?</b>
<b>29. Acontece venda de rifas, bingos, pix solidário etc? Para adquirir recursos financeiros para algum objetivo específico da Z-20?</b>

<p><b>30. A Z-20 recebe ajuda financeira e/ou de materiais de empresas privadas, governo, projetos etc?</b></p>
<p><b>31. Quais as melhorias que a Z-20 pretende oferecer aos seus associados no futuro?</b></p>

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ****INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE****BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, (nome completo), neste ato, declaro que fui devidamente informado (a) sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa intitulada " A economia redistributiva da Colônia de pescadores z-20, no município de Santarém –PA.", pela acadêmica Luane Santos da Silva, sob a orientação do Profº Drº Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE tem a finalidade garantir os direitos e deveres como participante. Este será elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com os participantes da pesquisa e outra com a pesquisadora. Por gentileza, leia com atenção, tranquilidade, e caso tenha dúvida aproveite para esclarecer.

As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a presente pesquisa. O destino dos dados escritos e gravados em áudio – entrevista – será arquivado pela pesquisadora e após a finalização da pesquisa serão deletados e os gravados apagados. Ao final, a pesquisadora escreverá um trabalho conclusão de curso sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir desta pesquisa.

A participação é voluntária, ao assinar este documento será declarado ter sido informado (a) de que a sua identidade será citada, e que todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa. Que concorda em participar da pesquisa de forma livre e espontânea, e ao assinar este termo, expressa a sua concordância e consentimento com todos os termos e condições aqui estabelecidos.

Santarém, Pará \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Responsável pela Pesquisa

Assinatura do (a) Professor(a) Orientador(a)